



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CARMEN DE ALMEIDA ALVES**

**AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO DE CUSTOS:  
UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO BAIANO**

Araras  
2010

**CARMEN DE ALMEIDA ALVES**

**AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO DE CUSTOS:  
UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Beskow.  
Co-orientador: Prof. Dr. Antonio Angelo Martins Da Fonseca.

Araras  
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A474af

Alves, Carmen de Almeida.

Agricultura familiar e gestão de custos : um estudo de caso na região do semi-árido baiano / Carmen de Almeida Alves. -- São Carlos : UFSCar, 2010.  
107 f.

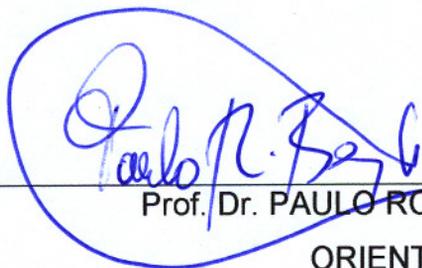
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Custo de produção. 4. Pesquisa - ação. 5. Dinâmicas participativas. I. Título.

CDD: 630 (20<sup>a</sup>)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
DE  
**CARMEN DE ALMEIDA ALVES**  
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 05 DE MARÇO DE 2010.

BANCA EXAMINADORA:

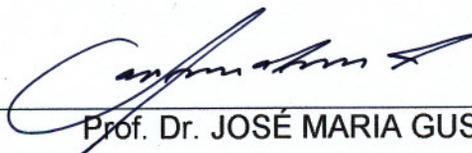


---

Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW

ORIENTADOR

PPGADR/UFSCar



---

Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

PPGADR



---

Prof. Dr. DANIEL BERTOLI GONÇALVES

UNESP/Sorocaba

À Sertaneja Ana Maria Garcia (*In Memoriam*), amiga que me apresentou ao mundo rural e me motivou, acompanhou, discutiu se emocionou e torceu calorosamente pela minha vitória e sucesso na vida. Sempre, sempre, com uma palavra de carinho e apoio. A saudade dói, mas nós “vence” companheira.

E ao meu pai, baiano do recôncavo, de quem herdei dignidade e respeito ao próximo. (*In Memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jussara Dantas que abriu as portas do sertão e da COOPERCUC que me recebeu com entusiasmo e alegria. À Chica, minha madrinha sertaneja, que durante toda estada no sertão me acolheu carinhosamente na sua casa, sem nada pedir em troca.

A todos os sertanejos e as sertanejas que confiaram no meu trabalho, proporcionando a verdadeira troca de saberes e que sem estes não seria possível a realização dessa pesquisa.

À Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, em Araras, e à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, respectivamente, que muito contribuiu para minha formação.

A meu orientador e professor Paulo Roberto Beskow, que sempre respeitou o meu olhar investigador, inquieto e muito ansioso de maneira firme, e mesmo distante esteve presente.

Ao meu co-orientador e professor Antonio Ângelo Martins Fonseca, um incentivador da minha caminhada acadêmica, apontando uma nova perspectiva de ver as diversas possibilidades da terra, para além da capacidade de exploração agrícola.

A minha Amiga, colega acadêmica, companheira de ideologias, incentivadora e entusiasmada com toda energia e sabedoria dos agricultores familiares, Gizélia Ferreira (com "Z"), minha eterna gratidão pelos permanentes incentivos, correções, discussões e apoio em todas as horas de fraquejo ou necessidade "de um tudo", como dizemos na Bahia.

Ao meu professor, José Maria Guzman, que me despertou, motivou e apresentou as metodologias participativas rurais, descortinando as diversas possibilidades de compreender o rural. Professor Kitamura (*in memoriam*) em apenas um dia de aula, deixou a marca da ética e compromisso com a sociedade em nós. O professor João Marques que brilhantemente soube nos apresentar a Economia Ecológica. À professora Lucimar Abreu que me proporcionou discussões sociológicas atualizadas e encantadoras. Aos demais professores que me mostraram o conhecimento com teor holístico, não apenas para servir as exigências da academia, mas da vida.

Todos os meus colegas de mestrado, pelas discussões, reflexões e bons encontros, em especial ao amigo Jesiel Silva, pelos momentos de alegrias e apoio durante nossa estada na cidade de Araras. Permanentemente com um sorriso estimulador, carinhoso e otimista ao meu favor. Aos amigos Gilberto e Alejandro e demais novos amigos de mestrado, o apoio e carinho de vocês foi fundamental para meu desempenho na apresentação da dissertação.

As demais Pessoas que de diversas formas e de diversos lugares, abriram seus corações apenas para me dar apoio, animo e coragem. Ao amigo Marcos, mesmo distante esteve ao meu lado. Jussara Pinheiro que com muito talento e competência me ajuda a elaborar as dificuldades e seguir confiante na vida.

E por último, mas muito importante para mim, à minha família, que silenciosamente, respeitou a minha ausência me dando apoio, amparo e muita coragem. A minha mãe, que ora sempre pedindo o melhor para mim, mesmo que esse melhor, se faça em ausência do convívio familiar. Minhas filhas Carol e Ena, sempre alegres e prontas para auxiliar a continuar. Brisa Maria, muita saudades.

Swame Sai Baba, que não me deixou cair na tentação da desistência e da falta de compreensão com o meu próximo.

Sai Ram!

“Todo mundo gosta de acarajé  
Todo mundo gosta de abará  
Mas ninguém *qué sabê* o trabalho que dá”

Dorival Caymmi.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conhecer os controles contábeis e estratégias de planejamento da produção realizadas pelos agricultores familiares cooperados da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC - situada no Semiárido baiano. A pesquisa enfatizou também a relevância da participação de gênero e dos benefícios oriundos dos programas de políticas públicas na formação da renda familiar. Esta investigação baseou-se na ciência da Agroecologia que têm como enfoque científico a multidisciplinaridade, os saberes e as experiências dos próprios agricultores. Visando estimular a participação social e conhecer a percepção dos agricultores quanto à importância da utilização do controle contábil rural familiar no planejamento econômico, utilizou-se de uma alternativa metodológica lúdica, construtivista, participativa e reflexiva, compactuando com a Ciência da Agroecologia. A pesquisa ainda servirá para uma reflexão com o produtor familiar sobre sua importância no contexto político e econômico da Região e do País, sobretudo do seu poder de influência nas decisões governamentais e a efetivação de políticas públicas voltadas para este segmento. Tendo como ferramenta motivadora uma sequência de dinâmicas participativas para a construção desse conhecimento, que demonstrou ser possível promover um processo educativo considerando os saberes culturais, sociais ambientais na discussão econômica do grupo em sua gestão na unidade e como esta repercute no desenvolvimento endógeno local.

**Palavras chave:** Pesquisa-ação. Dinâmicas participativas. Agroecologia.

## ABSTRACT

This study aimed to learn the accounting controls and strategies for production planning undertaken by the farmers cooperative of Family Agriculture Cooperative of Canudos Uauá and Curaçá - COOPERCUC - situated in the semi-arid environments. The survey also emphasized the importance of participation by gender and the benefits arising from the programs of public policies in the training of family income. This research was based on the science of agroecology that have as a multidisciplinary scientific approach, knowledge and experiences of the farmers themselves. To foster social participation and the perception of farmers on the importance of the use of accounting control rural family in economic planning, we used an alternative methodology playful, constructivist, participatory and reflective collude with the Science of Agroecology. The survey will serve to reflect the family farmer in its importance in the political and economic region and the country, especially its power to influence government decisions and effective public policies for this segment. Taking as a motivational tool string dynamics for the participatory construction of knowledge that has been proven to promote an educational process by considering the cultural knowledge, social environment in the discussion group on economic management within the unit and how this affects the endogenous development site.

**Keywords:** Action research. Participatory dynamics. Agroecology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Produtos comercializados pela COOPERCUC. Bahia (2008)	33
Figura 02. Mapa da nova delimitação do Semiárido do Brasil	34
Figura 03. Mapa do Estado da Bahia, em destaque a região pesquisada (BRASIL, 2008)	42
Figura 04. Comunidades participantes da pesquisa. (BAHIA, 2008)	43
Figura 05. Assembléia geral da COOPERCUC em Uauá, Bahia (2008)	52
Figura 06. Distribuição de vendas da COOPERCUC por mercado	56
Figura 07. Dinâmica “Saco d’água” - Comunidade Caititus e Maria Preta, respectivamente. Uauá, BA (2008)	59
Figura 08. Fluxograma de Atividade: Bode - Comunidade Maria Preta. Uauá, BA (2008)	61
Figura 09. Fluxograma de Atividade: Bode - Comunidade Caladinho. Curaçá, BA (2008).	61
Figura 10. Fluxograma de Atividade: Bode - Comunidade Caititus. Uauá, BA (2008).	62
Figura 11. Fluxograma de Atividade: Mandioca – Comunidade Marruá. Uauá, BA (2008).	63
Figura 12. Construção dos Fluxogramas dos Custos na Comunidade de Marruá (farinha de mandioca); e Comunidade de Caititus (criação de bode). Uauá, BA (2008).	64
Figura 13. Custos de Produção – Produção de Bode e Produção de Mandioca respectivamente. Uauá, BA (2008).	65
Figura 14. a) Palma ao lado da cozinha; b) Palma na frente da casa de D. Joana. Caititus, BA (2008).	71
Figura 15. Mudanças de umbuzeiro produzidas na Cooperativa para o lançamento de outro produto: pickles de umbu.	72
Figura 16. Dona Juvita (inventora da geléia de maracujá do mato) mostrando ao grupo a rede que teceu aos 15 anos de idade. Uauá, BA (2008).	73
Figura 17. Construção dos Fluxogramas de Atividades - Comunidade Marruá e Maria Preta respectivamente. Uauá, BA. 2008	74
Figura 18. Construção do Perfil de Grupo nas Comunidades de Caladinho e Marruá (respectivamente). Curaçá e Uauá, Bahia (2008).	74
Figura 19. Construção Coletiva do Perfil do Grupo em Maria Preta. Bahia (2008).	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Demonstrativo da capacidade de produção na fábrica em Uauá. Bahia, 2008. (250 dias da produção /Turma de 8 horas / cinco pessoas trabalhando).	54
Tabela 02. Demonstrativo da Capacidade de produção em uma unidade produtiva. (120 dias da produção / Turma de 8 horas / 10 pessoas trabalhando em cada fábrica.)	57
Tabela 03. Números de agricultores (as) participantes da pesquisa por comunidade.	66
Tabela 04. Quantidade de Participantes nas Oficinas das Comunidades Pesquisadas e Números de Cooperados da COOPERCUC (2008).	66
Tabela 05. Número de filhos levantado nas entrevistas semiestruturadas no início das oficinas das comunidades de Caladinho, Marruá, Caititús e Maria Preta, BA (2008).	67
Tabela 06. Rendas não Agrícolas da comunidade de Caladinho. Bahia (2008).	70
Tabela 07. Renda não Agrícola de Marruá. Bahia (2008).	75
Tabela 08. Renda não agrícola da comunidade de Maria Preta. Uauá, BA (2008).	77
Tabela 09. Atividades não agrícolas exercidas pelos entrevistados	83

## **LISTA DE SIGLAS**

AGENDHA - Agência de Desenvolvimento Humano.

ALTER ECO - Organização Não Governamental da França.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

COOPERCUC - Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

PAA - Programa de Aquisição de Alimento.

SLOW FOOD - Fundação pela Biodiversidade (Turim – Itália).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1. Geral	15
1.1.2. Específicos	15
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - AGRICULTURA FAMILIAR: BASE PARA A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA AGROECOLÓGICO</b>	<b>17</b>
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS CARACTERIZAÇÕES	17
2.2 UMA CONSTRUÇÃO HOLÍSTICA CHAMADA AGROECOLOGIA	20
2.3 MATRIZ DISCIPLINAR INTEGRADORA: A CONTABILIDADE E SEU APORTE NA CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA	21
2.4 GÊNERO: DESAFIOS AGROECOLÓGICOS DA VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DA MULHER NA RENDA FAMILIAR RURAL	23
2.5 PLURIATIVIDADE: UMA ALTERNATIVA PARA A PERMANÊNCIA NO RURAL	25
2.6 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UMA NOVA PERSPECTIVA DE PENSAR PARTICIPAÇÃO	26
2.7 A COOPERATIVA DE AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ – COOPERCUC	29
2.8 AGROECOLOGIA E SEUS PARADIGMAS NUM ESPAÇO CHAMADO CAATINGA	34
2.9 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: CONSTRUINDO UM TERCEIRO DIÁLOGO	37
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS</b>	<b>42</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO	42
3.2 METODOLOGIA	43
<b>3.2.1 Técnicas utilizadas</b>	<b>47</b>
3.2.1.1 <i>Primeira técnica: Observação participante</i>	47
3.2.1.2 <i>Segunda técnica: Entrevista semiestruturada</i>	48
3.2.1.3 <i>Terceira técnica: Sensibilização - Saco d'Água (FURTADO, 2004)</i>	48
3.2.1.4 <i>Quarta técnica: Perfil do Grupo (GEILFUS, 1997)</i>	49
3.2.1.5 <i>Quinta técnica: Fluxograma de Atividades (GEILFUS, 1997)</i>	49
3.2.1.6 <i>Sexta técnica: Levantamento de Custos</i>	50
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>51</b>
4.1 RELAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS COM A COOPERCUC	52
4.2 DISCUSSÃO DAS FERRAMENTAS UTILIZADAS	58
<b>4.2.1 A comunidade de Caladinho</b>	<b>69</b>
<b>4.2.2 A comunidade de Caititus</b>	<b>70</b>
<b>4.2.3 A comunidade de Marruá</b>	<b>73</b>
<b>4.2.4 A comunidade de Maria Preta</b>	<b>75</b>
4.3 PLURIATIVIDADE, GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR: INFLUÊNCIA NA GESTÃO CONTÁBIL DAS COMUNIDADES DO SEMIÁRIDO BAIANO	78
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>85</b>

<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>88</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>93</b>
APÊNDICES A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	94
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM FEIRANTES EM UAUÁ -2008	96
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM LIDERANÇAS LOCAIS EM UAUÁ – 2008	97
APÊNDICE D - FOTOS DE DIVERSOS MOMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO	98

## 1 INTRODUÇÃO

---

O desenvolvimento tecnológico e as constantes mudanças provocadas pela economia globalizada afetam tanto a agricultura quanto a pecuária podendo gerar competitividade e assim, dificultando a comercialização mesmo em pequena escala.

O agricultor familiar, por não dispor de subsídios específicos para lidar com esse tipo de situação, sofre com maior rigor as conseqüências das crises que afetam a economia. Nesse cenário, a informação contábil mostra-se um elemento fundamental na tomada de decisões de cunho gerencial, podendo atender às necessidades do produtor otimizando os resultados.

Administrar uma atividade agropecuária seja de pequeno, médio ou grande porte, demanda um conjunto de informações relativas tanto ao caráter físico como aquelas de caráter financeiro. Requer também o conhecimento dos impactos ambientais e de práticas adotadas para o manejo dos sistemas agrícolas ou pecuários, observando o padrão tecnológico utilizado.

Para tomar decisões gerenciais adequadas é necessário conhecer as diferentes possibilidades de utilização dos recursos existentes analisando seus impactos, incluindo aqueles provocados ao meio ambiente.

Sabe-se que o produtor rural familiar enfrenta obstáculos de diversas ordens que vão desde as questões fundiárias até o escoamento da produção<sup>1</sup>, todos estes perpassados por sua posição de classe social que implica em seu grau de

---

<sup>1</sup>Venda dos produtos da unidade produtiva familiar indiretamente aos mercados consumidores, geralmente via “intermediários”.

escolaridade, resultando no baixo poder de negociação em nível político institucional.

No que diz respeito ao aspecto econômico, faz-se necessário conhecer a viabilidade econômica da atividade, isto é, o valor do custo da produção e quais resultados podem ser obtidos. Kraychete (2007) ressalta que um pressuposto primordial para alcançar a sustentabilidade, é conhecer as condições necessárias para que a atividade praticada tenha chances de êxito, reforçando assim, a importância de um mínimo domínio do aspecto financeiro, para saber o quanto é necessário para aquisição de recursos, insumos e manutenção do empreendimento.

De modo geral, alguns agricultores familiares têm pouca noção sobre os custos e ganhos obtidos em sua unidade de produção. Um dos fatores que concorrem para essa situação é o desconhecimento da importância do controle de custos, seja no ganho das vendas no mercado local, seja ao intermediário, prática freqüente no mercado dessas comunidades. Para Sabourin e Caron (2002), essa prática expressa uma “evolução” das relações de poder no sertão, que saiu do coronelismo para outros tipos de relação, que envolvem desde instituições, passando pelos políticos e chegando até os intermediários no processo de venda (atravessadores) que manipulam o sistema de comercialização nessas regiões.

Diante desse contexto, a Contabilidade configura-se como um instrumento técnico-administrativo e financeiro, cuja finalidade principal é exercer controle sobre o patrimônio das entidades rurais, acurando seus resultados<sup>2</sup> e prestar informações para subsidiar o planejamento econômico, administrativo, financeiro e operacional<sup>3</sup>.

Face ao exposto, a questão central dessa pesquisa é conhecer de que formas são feitos os controles contábeis pelos agricultores e como esses resultados são utilizados no planejamento da produção familiar.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1. Geral

Conhecer e entender a forma que os agricultores familiares do Semiárido baiano, conduzem seu planejamento de produção e que estratégias utilizam para solucionar as dificuldades econômicas encontradas.

---

<sup>2</sup>Monetários, pois não há registros das rendas não monetárias.

<sup>3</sup>Em outras palavras, a definição de sua estratégia familiar de sobrevivência.

### **1.1.2. Específicos**

1. Despertar o interesse do produtor para o entendimento e acompanhamento dos gastos de produção e da sua família, através do controle contábil coerente com sua unidade de produção.
2. Levantar os custos de produção, diferenciando dos gastos familiares, a partir da percepção do agricultor e do seu conhecimento sobre o fluxo de produção.
3. Verificar a influência das questões de gênero e dos benefícios oriundos das políticas públicas.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - AGRICULTURA FAMILIAR: BASE PARA A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA AGROECOLÓGICO**

---

### **2.1. AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS CARACTERIZAÇÕES**

O conceito de agricultura familiar é amplo, porém a estreita relação entre o trabalho e a propriedade dos ativos (terra, equipamentos, veículos, habitações, entre outros) é uma característica do agricultor familiar diferente do agricultor patronal, segundo Furtado, 2000.

A Lei nº 11.326, aprovada no ano de 2006, defini a agricultura familiar pelo número de módulos fiscais e predominância restrita da mão de obra de membros da família. Considerando como renda familiar, apenas as atividades oriundas nas unidades produtivas e sob direção de um dos membros da família. (IBGE, 2009).

Contudo, Abreu (2005) define agricultura familiar como uma forma social heterogênea, cujas unidades de produção se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Na agricultura familiar, a organização da produção e do trabalho fica a cargo do produtor e de sua família, e o trabalho assalariado, quando ocorre, é apenas complementar.

Os percentuais produzidos pela agricultura familiar demonstram uma participação ativa e crescente onde a média de emprego no campo alcança 75% da mão de obra e produzem 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% de leite consumido no país, “ocupando um quarto da área total produzida, responde a 38% do valor da produção total (ou seja, R\$ 54,4 bilhões). (IBGE, 2009).

Os dados do Censo de 2006 demonstram um crescimento em relação aos dados divulgados pela Secretária de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2004, onde a agricultura familiar respondeu por 67% do feijão consumido no País, 58% da carne suína, 54% do leite e 49% do milho, ocupando cerca de 70% da mão de obra no campo.

O Censo de 2006 demonstra que a economia gerada pelos agricultores tem valor expressivo em especial no que tange a segurança alimentar. Portanto, falar de registros, controles e análise desses resultados requerem um mínimo domínio da ferramenta fornecida pela contabilidade.

Seu potencial econômico e social, segundo os dados do Censo de 2006, revelam o quanto essas unidades contribuem no movimento econômico local e nacional, garantindo a segurança alimentar dos grandes centros consumidores. Porém, esses dados ainda não revelam a verdadeira realidade econômica produzida.

Uma grande parcela de agricultores familiares controla e planeja, ou seja, gerenciam seu empreendimento, baseando na memória do “chefe” da unidade familiar. Geralmente sem a utilização de registro para análise dos resultados obtidos e de maneira assistemática e dispersa, é realizada a avaliação desde as atividades do processo produtivo (cultivos, produtividade, custos de produção), até a comercialização desses produtos (quantidade produzida, mercado, preços e ganho).

Desta forma, a não utilização de métodos que demonstrem de forma clara e precisa os custos envolvidos no processo produtivo desfavorece o agricultor familiar, dificultando a geração de dados precisos sobre os gastos obtidos em toda produção. Conseqüentemente, tornando-o único responsável pelos recursos consumidos. A prática da venda ao intermediário é uma demonstração do quanto o agricultor familiar não mensura as perdas de seus gastos operacionais. É válido ressaltar que essa prática não ocorre por vontade do produtor familiar, e sim por condições regionais de mercado e estruturas de poder, informações de níveis insuficientes ou outras condições econômicas.

Outros dados corroboram para a relevância da produção familiar: foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos) mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A

agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46 % do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo. A cultura com menos participação foi a da soja (16%). (IBGE, 2009).

O IBGE (2009) destaca também o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Em se tratando da atividade agropecuária, sabe-se que a determinação da cultura ou criação é definida pelo produtor, sendo uma ação técnica, que exige, deste, conhecimentos sobre manejo que podem ter sido repassados pela família (conhecimento tradicional), ou adquirido em cursos, trocas de experiências, participação em projetos ou programas do Estado através de extensão. Até tomadas de decisões, exigindo do agricultor familiar, conhecer as diferentes possibilidades tanto de utilização dos recursos existentes até como saber quais alternativas existem e posteriormente, analisá-las sobre os diversos aspectos, incluindo os impactos ambientais.

Considerando o aspecto econômico, uma necessidade fundamental é saber quais as viabilidades econômicas dessa atividade, incluindo, valor dos custos envolvidos no processo de produção e quais resultados podem ser atingidos. Em se tratando do aspecto financeiro, busca-se saber quais possibilidades monetárias são necessárias para adquirir recursos, insumos e manutenção do empreendimento.

Administrar é tomar decisões constantes e pertinentes sobre o que, quanto, como e, finalmente para onde se produzir. Em se tratando dos agricultores sertanejos pesquisados, o hábito da caprinocultura é uma prática comum, corrente e cultural, que segue sem uma referência administrativa de cunho gerencial. Não se sabe se essa atividade de fato é rentável, ou não, ao produtor.

A unidade familiar trabalha com controles não instrumentalizados de segurança para a estabilidade do empreendimento contra riscos e incertezas, acumulando recursos e utilizando sua racionalidade de forma que não se direciona, a priori, para as atividades produtivas tipicamente capitalistas, pois são voltadas para a reprodução da família. Contudo, estão inseridos em um modelo capitalista de

mercado, portanto, esses instrumentos não atendem a rigor as necessidades da família. Os agricultores tomam decisões coerentes e racionais a partir da leitura que a família faz da sua situação e das possibilidades de produzir em suas unidades de produção. (FURTADO, 2000).

O baixo nível de educação formal dos produtores familiares rurais e conseqüentemente o despreparo para promover sua inserção no contexto da competitividade tecnológica e econômica os colocam em desvantagem no mercado. No que tange à gestão, esta não deve refletir somente as exigências do aparelho produtivo e o processo de produção, mas que esse processo seja também educativo, um instrumento de participação e apoio aos agricultores como salienta Gajardo (1981). Numa última instância, como tomada de consciência do quanto às pressões econômicas perpassam pela rotina laboral dos agricultores familiares sertanejos.

Não raro, ao sofrer os impactos no âmbito administrativo e gerencial, o agricultor familiar é levado a situações de extrema dificuldade econômica. Sem subsídios para passar por transições econômicas, uma grande quantidade desses produtores abandona a atividade rural, após tentar várias estratégias de sobrevivência sem êxito.

Dentro desse contexto, a Agroecologia, se demonstra capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. Objetivando a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais. (ALTIERI, 2004).

## 2.2 UMA CONSTRUÇÃO HOLÍSTICA CHAMADA AGROECOLOGIA

A Agroecologia se constitui como integradora, cuja base é o desenvolvimento rural pensado de maneira sistêmica, onde o enfoque principal são os conhecimentos e experiências dos agricultores familiares, dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno.

Tanto Caporal e Costabeber (2007), quanto Gliessman (2005) apontam a sustentabilidade como fator essencial para a manutenção da produção de alimentos. O modelo de sistema de produção de base ecológica entende a agricultura como uma interligação de homem, natureza e demais relações. Essa prática busca também, encorajar mudanças positivas nos aspectos e contextos sociais, como potencializar os fluxos e os ciclos naturais para que estes interatuem em favor do desempenho produtivo dos cultivos e criações. A principal estratégia é a forma de manejo e a manutenção dos agroecossistemas<sup>4</sup> biodiversificados, gerando autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica.

A Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL, 2006 p.6)

Em se tratando de “pensar complexo”, conforme Morin (1999) *apud* Caporal (2007), a Agroecologia vai além das dimensões cartesianas e amplia os espaços para discussões a respeito da sustentabilidade, englobando outras complexidades, a exemplo da gestão e seus benefícios para a manutenção e permanência do agricultor familiar no campo.

Contrapondo-se ao sistema convencional de produção agrícola, se destaca a Agroecologia, cuja visão sistêmica da produção agropecuária, vê o homem rural não apenas como um produtor de bens, mas como autor e ator da sua realidade, num contexto histórico, econômico, social, cultural, ético, político e ambiental. Dentro desse contexto, a agricultura familiar, demonstra-se capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. Objetivando a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais (ALTIERI, 2004).

---

<sup>4</sup>Unidade fundamental de estudo nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. (CAPORAL, 2007).

### 2.3 MATRIZ DISCIPLINAR INTEGRADORA: A CONTABILIDADE E SEU APORTE NA CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA

A informação contábil é um dos instrumentos que contribuem para a tomada de decisões, portanto, deve atender a todos os objetivos a que se destina, com responsabilidade, observando os benefícios e custo. Para Medeiros (1999), o processo de contabilização ocorre mediante o registro de todos os gastos que envolvem a produção da propriedade rural. No que tange à agricultura familiar, há uma diferenciação em diversos aspectos, como cultural, social, e econômica.

Exigindo um olhar contábil adequado à realidade rural de cunho familiar, atendendo aos agricultores nos seus limites tanto no que diz respeito ao pouco acesso a educação formal quanto ao tempo disponível para o trabalho de anotações e acompanhamento dos gastos.

A contabilidade rural é um dos ramos da contabilidade financeira, capaz de informar, controlar e analisar a empresa rural independente do tipo de atividade e peculiaridade. Ela não esgota todas as informações necessárias à tomada de decisões, mas é uma fonte decisiva de dados quantitativos e qualitativos, reduzindo o risco e a incerteza inerentes ao processo decisório [...] a contabilidade, ao ser implantada, deverá levar em consideração alguns fatores, tais como o tamanho da propriedade, a complexidade e o grau de crescimento do negócio. As principais razões que justificam o seu uso por parte dos produtores rurais são exatamente de ordem financeira. (MEDEIROS, 1999, p. 36-37).

Dentro deste contexto, a contabilidade deve ser repensada respeitando esses limites e reconhecendo meios que possam subsidiar ao agricultor familiar no planejamento de sua produção. A importância dos registros agrícolas é focada na avaliação financeira, durante um determinado período, e para tal a contabilidade fornece modelos e registros (HOFFMANN, 1976). Para Lima (2001), há um controle por parte dos agricultores familiares, porém realizado de maneira informal.

Não raro, ao sofrer os impactos no âmbito administrativo e gerencial, o agricultor familiar é levado a situações de extrema dificuldade econômica. Sem subsídios para passar por transições econômicas, uma grande quantidade desses produtores abandona a atividade rural, após tentar várias estratégias de sobrevivência sem êxito.

Do ponto de vista da sustentabilidade social, a Agroecologia propõe a utilização de recursos locais, reduzindo a dependência externa de insumos consequentemente, a redução dos custos monetários na produção, bem como a geração de novas alternativas de mercado, trabalho e renda. Assim como, esse modelo de agricultura para Caporal (2007) deve atender requisitos sociais, atender aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos em uma perspectiva temporal sustentável, ou seja, em longo prazo.

#### 2.4 GÊNERO: DESAFIOS AGROECOLÓGICOS DA VISIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DA MULHER NA RENDA FAMILIAR RURAL

No Semiárido baiano, as mulheres têm forte participação nas atividades agrícolas e não agrícolas. No entanto, sua parcela econômica na formação da renda da unidade familiar é ainda apresentada como inferior e a reprodução da família é resultado do trabalho realizado pelo homem. Em diversas situações é sabido que “a mulher tem a seu cargo, para além da reprodução biológica, a preparação dos alimentos, as compras para consumo doméstico e o trabalho de organização e de execução que permite a reprodução funcional da unidade familiar” (SANTOS, 2008, p.302).

Mesmo atuando ativamente para a formação ou contribuição da renda familiar, a parte que cabe a mulher sofre uma invisibilidade que demonstra discriminação na sua força produtiva. Para as agricultoras o preparo do solo, plantio, colheita, criação de pequenos animais, além de cuidar de toda rotina da casa entre outras atividades não agrícolas, como vender o excedente nas feiras, produtos de catálogos, são atividades rotineiras, consideradas sem valor laboral e monetário.

A origem dessa discriminação sexual é salientada por Boaventura Santos (2008), como consequência do patriarcado, matriz, das discriminações que as mulheres sofrem em diversos espaços, mesmo fora da família. No campo, dois terços de ocupados são homens, mas segundo o IBGE (2009), o número de mulheres trabalhadoras no campo soma o total de 4,1 milhões na agricultura familiar. Além disso, as mulheres são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos da agricultura familiar. Mesmo nesses espaços, a mulher é discriminada e seu trabalho pouco reconhecido.

Face ao exposto, a relação do trabalho das mulheres e sua contribuição para a organização rural familiar mesmo invisível, cunha sua marca na permanência do homem no campo. Seja na atividade agrícola, extrativista, pesca e beneficiamento de produtos agropecuários, as mulheres estão presentes em todos os processos produtivos até a comercialização. Além dessa participação agrícola, elas contribuem também na renda familiar com o resultante de atividades não agrícolas, embora de maneira efetiva, permanece a sombra. Seu trabalho em geral, não é remunerado e quando é o caso, a renda auferida é sempre inferior a do homem (SCHEFLER, 2007).

Analisando a relação de gênero nesse espaço social, Schefler (2007), ressalva ainda que as mulheres rurais sejam identificadas com o espaço doméstico, onde se incluem o quintal e a criação de pequenos animais, omitindo-se sua contribuição nas estratégias de reprodução familiar, deixando a responsabilidade para “o chefe da família” reproduzindo o conceito de patriarcado <sup>5</sup>.

Enriquecida pela presença multidisciplinar e um olhar meta social para a compreensão das relações do espaço rural, seja do homem para com a natureza ou nas relações do homem com a mulher, a Agroecologia, na visão de Siliprandi (2004), é ampliar a prática da produção além uso do solo. Retrata também os diferentes usos do espaço, do tempo, das atividades produtivas e reprodutivas dentro de um sistema mais amplo que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos. Possibilitando inclusive, a visibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade e reprodução familiar rural. Não dá para pensar em modelo de base ecológica, sem rever o modelo de relação de gênero.

As mulheres agricultoras trabalham no conjunto de atividades que fazem parte da rotina de produção: preparo do solo, plantio, colheita, criação de pequenos animais, além de cuidar de toda rotina da casa entre outras atividades não agrícolas. Essas atividades não são consideradas como trabalho porque não são contabilizadas em termos monetários. Para Heredia e Cintrão (2006) ressaltam que para a mulher rural em regime de economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas.

---

<sup>5</sup>Teoria do patriarcado entendida como subordinação das mulheres na “necessidade” de dominação do macho. (Cf. SCOTT, 1991).

Porém, a idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres. Para Ligia Melo (2002), o trabalho da mulher está classificado sempre como de “ajudante” no processo produtivo ao contrário do homem, seu trabalho é considerado eventual por conta da redução das horas dedicadas às tarefas ligadas ao setor, devido à incumbência dos afazeres domésticos.

## 2.5 PLURIATIVIDADE: UMA ALTERNATIVA PARA A PERMANÊNCIA NO RURAL

Diferente do que rege a Lei Nº 11.326, aprovada em 2006 (IBGE, 2009), os agricultores familiares das comunidades pesquisadas, em especial as mulheres demonstraram exercer outras atividades não agrícolas. Mesmo tendo nessas atividades uma fonte mínima de renda complementar, ao falar destas, as tratava de maneira tímida, como se não houvesse importância monetária na contribuição da renda familiar efetivamente. Essa pluriatividade exercida pelas mulheres é entendida por SCHNEIDER (2003), como uma estratégia da reprodução social. Essa modalidade de estratégia para Wanderley (2001) é designada como um processo, uma alternativa adotada, quando as condições o permitem, impedindo o abandono da agricultura e do meio rural.

Exercer mais de uma atividade além das obrigações com as tarefas domésticas, de cuidar da criação e dos cultivos, é na verdade, estratégia para a manutenção da família no meio rural, em especial uma tentativa de opção para que os filhos e filhas possam continuar próximo da família e ter acesso a produtos tecnológicos e uso pessoal.

As mulheres desempenham um papel fundamental na formação da renda da família, além de contribuir na segurança alimentar desde a produção, pesquisas de preço, seleção, preparação, beneficiamento e consumo dos alimentos. Siliprandi (2004) pontua que a participação da mulher ocorre de maneira ativa, muitas vezes estando na liderança de campanhas contra a utilização de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados.

Essa participação ativa perpassa pelas emergências de diversas ordens, que a mulher com sua função de “cuidadora” da família investem em outras atividades no intuito de suprir essas falta. Esse fato é confirmado por Schneider (2003, p.6), quando diz que:

A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Estas famílias pluriativas ou não, são depositárias de uma cultura, lembra Wanderley (2001), cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Garantindo a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar. Em prol da manutenção da biodiversidade, contra práticas agrícolas agressivas ao meio ambiente, como ampliação do uso de fitoterápicos e de medicamentos naturais.

Para compor a renda total da família as mulheres se lançam em atividades não agrícolas, que mesmo invisível, engrossam a renda total familiar. Portanto, pensar na dinâmica socioeconômica que envolve a agricultura familiar, se faz necessário considerar as diversas relações tanto dos atores sociais que constituem a realidade rural, quanto da participação dos agentes econômicos que influenciam no desenvolvimento dessas realidades.

Entre os agentes propulsores de desenvolvimento, destacam-se o governo, empresas, consumidores e neste caso, da participação econômica e ainda amiúde, da invisibilidade da participação econômica do trabalho das mulheres rurais.

Diante o exposto, a investigação de base agroecológica, percebe o homem e a mulher do campo não apenas como um produtor de bens, mas como autor e ator da sua realidade num contexto histórico, econômico, social, cultural, ético, político e ambiental (ABREU, 2005). Ampliando diversos enfoques que contribuem na formação social rural.

## 2.6 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UMA NOVA PERSPECTIVA DE PENSAR PARTICIPAÇÃO

Na linguagem coloquial, o desenvolvimento descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance sua forma natural, completa e amadurecida. Para Esteve (2000), não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influenciado sobre a maneira de pensar e no comportamento humano.

Para Dionnes (2007, p. 19) “o desenvolvimento é um processo complexo que remete a múltiplos modelos teóricos e estratégicos”. Por conseguinte, não existe para o autor, desenvolvimento neutro. Cada iniciativa de desenvolvimento pressupõe uma intencionalidade social, política, econômica e cultural. (DIONNES, 2007).

O verbete foi primeiro utilizado pela Biologia, onde o termo se referia ao processo pelo quais os organismos atingiam seu potencial genético. Quando esse processo não atingia o crescimento, era considerado como não desenvolvimento e sim uma anomalia (ESTEVE, 2000). A partir de 1768 o fundador da história social, Jusus Moser, emprega a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social.

No início do século dezenove, outro verbete entrou em evidência: autodesenvolvimento. Depois de publicada na Enciclopédia no ano de 1860, na Alemanha, esse verbete “desenvolvimento” era um conceito utilizado para avaliar quase todas as atividades realizadas pelo homem. No início do Séc. XX, a palavra se generaliza, surge a expressão “desenvolvimento urbano” passando a representar áreas urbanas periféricas, baseadas na máquina de terraplanagem e na produção industrial homogênea e de espaços urbanos.

“Em vez de desenvolvimento, alguns autores, em títulos de livros cujos temas eram o termômetro ou a noção de Deus, preferiam utilizar “evolução”. Outros ainda podiam escolher o termo “crescimento” para o título, mas no texto, empregava “desenvolvimento” como termo operativo principal”. (ESTEVE, 2000, p.63).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Presidente Truman abria para o mundo – “a era do desenvolvimento” de onde se derivou outra palavra que cunhou a força política e econômica dos Estados Unidos, surgiu o “subdesenvolvimento”. A partir deste momento o mundo tinha uma percepção nova de “eu” e do “outro” e qual a sua condição mediante o estágio de desenvolvimento.

O desenvolvimento endógeno ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural e

que, por sua vez, respondem as condições do processo de desenvolvimento. Por tal razão, os estudos realizados sobre os sistemas produtivos locais atribuem um valor estratégico ao componente sociocultural do desenvolvimento endógeno. (FUÀ, 1983; BARQUERO, 1988 apud BARQUERO, 2001, p.47-48).

Na década dos anos noventa um novo termo permeia entre os vocábulos sociais, o ethos desenvolvimentista, chamado no hemisfério Norte de re-desenvolver, ou seja, desenvolver de novo o que foi mal desenvolvido. Nas décadas seguintes, outras palavras foram acrescentadas para pontuar o quanto o desenvolvimento estaria de fato sendo uma mudança de melhora, segundo indicadores pré-estabelecidos de experiências ditas de sucesso. Surge o “desenvolvimento endógeno”, palavra aprovada pela UNESCO já na década de setenta.

As palavras crescimento, evolução e maturação, estão fortemente associadas à palavra “desenvolvimento”, causando no imaginário social e econômico uma teia solidificada, onde não se enxerga outra forma de qualificação, que se enquadre no modelo final esperado. Em se tratando dos resultados das atividades rurais familiares, que não são contempladas pelo sistema econômico capital da mesma forma que os setores industriais e de agropecuária, que produzem em grande escala, o desenvolvimento passa a significar fracasso. Mesmo sendo responsável por 38% da produção total, ainda nos dirigimos ao agricultor familiar como “pequeno produtor”, agricultura de subsistência” e acreditamos que o alimento é garantido pelas monoculturas de soja, cana de açúcar e algodão que fascinam com seus resultados midiáticos na balança comercial.

No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição. Na medida em que auxilia a aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos, que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes para a sustentabilidade. Esta proposta possibilita a ampliação do empoderamento dos atores locais no processo de fortalecimento da agricultura familiar.

Assegurando-lhes a garantia de autonomia e intervenção sobre sua realidade e no seu modo de vida, o que diferencia a percepção da representação social (sistema de valores, noções do mundo e das práticas) desses atores. Assim, o *locus* da pesquisa agroecológica não se restringe aos laboratórios e campos

experimentais. Nesse tipo de enfoque, é necessário o pluralismo metodológico, com princípios da pesquisa-ação e de outras correntes das ciências humanas. É necessário realizar o texto no contexto, ou seja, trazer o processo para o meio real, onde as coisas acontecem.

Tendo como ponto de partida os princípios da Agroecologia, o conceito de desenvolvimento endógeno é abordado como elemento basilar na formação dos movimentos sociais especialmente no caso em estudo: cooperativas envolvendo diversas famílias, atuando num determinado espaço geográfico, trabalhando no cultivo e beneficiamento de um produto endógeno – o umbu.

O Nordeste brasileiro, durante o período de colonização, teve como marca uma política de extração sem nenhuma preocupação no planejamento de desenvolvimento em que fossem consideradas as características regionais, incluindo os fatores culturais, sociais, ambientais e econômicos.

## 2.7 A COOPERATIVA DE AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ – COOPERCUC

Embora ainda haja quem argumente ser a falta d'água o principal entrave ao desenvolvimento desses municípios, sabe-se que a seca não é um fator determinante do movimento migratório, observado nessa região em direção a Salvador e outros centros urbanos do País.

Na realidade, o que se evidencia na região do Semiárido, é a ausência de políticas públicas que propiciem a infra-estrutura indispensável à melhoria das condições de vida dos habitantes da caatinga.

O espaço no Semiárido é bastante heterogêneo, abrigando diversificações internas, dentre as quais a caatinga, em que a variabilidade de relevos, fauna, flora, micro climas e disponibilidades hídricas tendem a refletir fortemente na diversidade sócio-econômica de cada espaço.

O umbu foi destacado por Euclides da Cunha como a “Árvore Sagrada do Sertão”, no livro *Os Sertões*, pela importância tanto no equilíbrio ambiental da caatinga, quanto sua participação sócio-econômica de mantenedor do fruto que os sertanejos apenas colhiam e comercializavam *in natura*, a cerca de dois séculos. Porém, desde o ano de 2003 este fruto vem contribuindo no processo de desenvolvimento com suporte técnico e financeiro de instituições governamentais e

Não Governamentais, numa releitura de sua dignidade econômica, social e política, beneficiando diversas famílias sertanejas, na transferência de recursos de atividades tradicionais para modernas, conforme Barquero (2001, p.57-58):

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão a transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. O conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local.

No que tange ao processo de desenvolvimento local, e neste caso rural, pode-se afirmar que um processo de mudança estrutural que conduz a uma melhora de nível de vida da população local, Barquero (1988), identifica duas dimensões nessas produções: uma econômica com sua capacidade de organizar os fatores de produção e competir no mercado e outra sócio-cultural, onde os valores das instituições locais são bases para o processo de desenvolvimento. Contudo, “quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente de desenvolvimento endógeno” (BARQUERO, 2001, p. 57).

Em se tratando de mudança estrutural, os avanços são pequeno visto, as dificuldades históricas locais. O fornecimento de energia elétrica ainda não atinge todas as comunidades, a água potável e de acesso doméstico também não contempla todos ou a maioria dos moradores. O básico como banheiro doméstico, também é de pouco acesso.

Mas pode-se considerar que o processo de desenvolvimento endógeno está iniciado. Já há uma reflexão quando as condições locais e pequenos avanços demonstram o momento histórico de empreendimento coletivo que:

El desarrollo local es un proceso de crecimiento y cambio estructural, que afecta a una comunidad territorialmente definida, y que concreta en una mejora del nivel de vida de sus habitantes. La

industrialización local, que durante décadas ha sido la vía de crecimiento de las economías locales, no es, por tanto, un objetivo en sí, sino un instrumento de transformación del sistema productivo local. (BARQUERO, 1988, p.128).

Portanto, pensar em desenvolvimento endógeno na perspectiva de mudança local, conduziu a observação da pesquisa distinguindo a instituição Cooperativa da Unidade Familiar. Por não controlarem seus gastos nas unidades produtivas, estes, tinham dificuldades de compreender a burocracia exigida pela cooperativa. Acompanhar a lógica que direcionava a distribuição do resultado da produção individual ocorridos na produção das minifábricas.

Entender como os custos consumidos com insumos, pagamentos de encargos, perdas e tributos durante o processo produtivo, é repassado a cada mini fábrica mesmo estando participando de uma organização cuja dinâmica de gestão é feita coletivamente. Por não visualizarem esses custos, os agricultores, se demonstram insatisfeitos no ato do recebimento do seu trabalho na produção.

Consideramos instituição as criações humanas com o objetivo de dar forma às interações sociais. São originadas formalmente ou espontaneamente, para Fonseca,

No âmbito social ou estatal, mas seja como for, podem reduzir as incertezas e os riscos, pois são guias, marco para a vida diária. Isso ocorre porque as instituições têm funções que podem permitir a difusão da informação a preços mais baixos; fiscalizar e obrigar o cumprimento das leis relacionadas aos contratos e direitos de propriedade de forma mais barata; e agilizar na superação de conflitos e controvérsias ligadas às falhas do mercado, aos direitos de propriedade, contratos entre outros. (FONSECA, 2005, p.23).

Esse pequeno grupo recebeu acompanhamento sistemático resultante do trabalho sócio - educativo de convivência com o Semiárido desenvolvido pelo IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (ONG), no beneficiamento dessas frutas, transformando-as em doces, sucos, geléias e armazenando em suas casas, porém seguindo algumas normas de conservação e higiene. Essa alternativa foi sendo disseminada na região, e esses pequenos grupos de mulheres, passaram a ser requisitadas para realizar cursos em outras comunidades de municípios Curaçá e Canudos.

Foi dentro desse contexto que o grupo sentiu a necessidade de construir um espaço próprio melhorando as condições de trabalho e garantindo a qualidade dos produtos processados. Em 2003, foi construída a primeira unidade de beneficiamento de frutas para dar suporte à produção das comunidades com auxílio da instituição CRS. Em 2005 com ajuda da Fundação Slow Food foram construídas mais 13 minifábricas melhorando as condições de produção e aumentando o volume produzido realizados pelos grupos COOPERCUC.

Em 2008, a COOPERCUC, com sede própria no Município de Uauá<sup>6</sup>, reunia cerca de 200 famílias distribuídas entre os municípios de Uauá, Curaçá e Canudos. A COOPERCUC conta com o apoio e parceria de diversas instituições, que vêm criando estratégias para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

As instituições nacionais que apóiam são o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a CONAB através do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), as Prefeituras Municipais de Canudos, Uauá e Curaçá e a Associação Comunitária de Fundos de Pastos, que interage no processo organizativo das comunidades.

No âmbito internacional têm o apoio das instituições: ONG Horizonte 3000 (Austria) a CRS (Organização da Cáritas nos EUA), a ALTER ECO, AGENDHA (francesas) e a SLOW FOOD (italiana) que além de promover o desenvolvimento econômico construindo e ampliando as minifábricas, também colaboraram no processo educativo e na profissionalização para o manuseio e beneficiamento das frutas, organização das minifábricas e articulação da cooperativa para comercialização.

A Cooperativa trabalha no beneficiamento de frutas orgânicas naturais da região, como o umbu, manga, goiaba e maracujá do mato (FIGURA 01). Comercializando os seguintes produtos: Doce, geléias, compotas de frutas, sucos e polpas de umbu, goiaba, manga e maracujá do mato.

---

<sup>6</sup>Palavra indígena que significa: pirilampus ou vaga-lumes.



Figura 01: Produtos comercializados pela COOPERCUC. Bahia (2008).  
Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Carmen de Almeida Alves.

Para as comunidades abrangidas pelo programa, essas ações representam um avanço significativo na qualidade das várias famílias envolvidas, inclusive no aumentando da renda familiar. Além de promover o intercâmbio com experiências de outras regiões e participação de eventos. Apesar desses avanços, esse desenvolvimento ainda está restrito as ações no entorno da cooperativa. Como citado por Barquero (1988) as comunidades em um determinado momento histórico e com iniciativa própria, desenvolveram condições de sustentabilidade com um fruto local que abriu fronteiras distantes.

Porém esse processo econômico, ainda limita-se as fronteiras do trabalho industrial, atendendo a demandas de mercado específicas, sem promover ações que ofereçam opções da melhoria aos agricultores como unidades que compõem a força produtiva básica da cooperativa. A cooperativa avança e se desenvolve, mas, essa mesma evolução de desenvolvimento não é realizada nas unidades produtivas.

## 2.8 AGROECOLOGIA E SEUS PARADIGMAS NUM ESPAÇO CHAMADO CAATINGA

O Nordeste brasileiro é composto, segundo definição de 1968 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, abrangendo uma área de 1.600.000 Km<sup>2</sup> de superfície, ocupando 18% do território nacional. Com população de 42 milhões de habitantes, sendo 25 milhões urbanos e 17 milhões moradores do campo.

Abrangendo desde a Zona da Mata de clima quente e úmido com suas praias ao longo do oceano Atlântico o trecho de transição, denominado Agreste de clima úmido e seco até o Sertão, com poucas irregularidades de chuvas. Ainda a porção norte do Nordeste, o Maranhão e grande parte do Piauí – o Meio Norte de clima úmido.



Figura 02: Mapa da nova delimitação do Semiárido no Brasil.

O Nordeste não é sinônimo de Semiárido, apesar da Grande área ocupada. A característica principal do Semiárido não é a falta de chuva, mas a irregularidade de sua precipitação no tempo, e a falta de exatidão da duração das estiagens e no espaço. Para o sertanejo, a questão não é combater a seca, mas, aprender a conviver com ela, com o clima, vegetação e especialmente com as chuvas espaçadas.

Uma das estratégias adotadas para a convivência com a seca é a captação da água da chuva e armazenamento nas cisternas, hoje existente em quase todas as casas da zona rural da região pesquisada. A vegetação característica do sertão é a caatinga, expressão indígena que quer dizer “mata branca”, bioma exclusivamente brasileiro e o mais expressivo da região. Ocupando uma área de 867.400 quilômetros quadrados somado ao Agreste e o Seridó, cerca de 10% do território nacional, chega a 70% do Semiárido.

Abrangendo, uma boa parte dos estados do Ceará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, além de pequenas áreas do Maranhão e de Minas Gerais. O Semiárido de área em torno de 900.000 quilômetros quadrados foi ampliado para 969.589,4 quilômetros quadrados, no ano de 2005, num acréscimo de 8,66%. Sendo o Estado de Minas Gerais localizado no sudeste brasileiro, a ter o maior número de Municípios incorporados ao Semiárido, como mostra a Figura 2.

No período chuvoso ela fica verde e florida. Abriga uma das maiores biodiversidades brasileiras de insetos, inclusive a abelha, o que a torna muito favorável para a produção de mel. Entretanto, no período normal de estiagem, a vegetação hiberna, fica seca, adquirindo uma aparência parda; daí o nome caatinga, Mas não esta morta. Quando a chuva retorna, acontece uma espécie de ressurreição: o que parecia morto ressuscita; o que estava seco volta a ser verde. Parece que a vida brota do nada. Na verdade, o Semi-árido tem apenas duas estações: a das chuvas e a sem chuvas. (MALVEZZI, 2007, p.10).

Nesse bioma, existem cerca de 900 espécies de plantas, entre elas, umburana, aroeira, umbuzeiro, baraúna, maniçoba, macambira, mandacaru, juazeiro, mandioca e cajueiro, e uma grande diversidade de fauna, abrigando centenas de espécies, entre aves, mamíferos e peixes.

Para Schistek (2003), na Cartilha Convivência com o Semiárido, a região do Nordeste tem na sua formação geográfica Matas Tropicais com clima quente e

úmido, como a Zona da Mata com praias banhadas pelo oceano Atlântico, trechos de transição como o Agreste com clima entre o úmido e seco e o sertão com poucas e irregulares chuvas. Entre a região da parte norte do Nordeste na maior parte do Piauí e Maranhão, de clima úmido chamada de Meio-Norte.

Schistek (2003) demonstra a divisão dessa região da seguinte forma: A Mata acompanha o litoral banhado pelo oceano atlântico desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia. Com clima quente e úmido, duas estações bem definidas: chuvosa e seca. A Mata abriga 34% da população do Nordeste, com uma superfície ocupa cerca de 128.000 quilômetros quadrados, ou 18,2%. Nessa região, esta situada algumas capitais estaduais como Salvador, Aracajú, Maceió, Recife e João Pessoa.

O Agreste é um ambiente de transição entre a Mata e o Sertão, com realidade climática das duas regiões, em alguns locais é seco em outros bastante chuvosos. A chuva do Agreste, no geral, é procedente da Mata. O Sertão ocupa aproximadamente 800.000 quilômetros quadrados, ou 58% do Nordeste. Com uma população de 40% do Nordeste, com chuvas diferenciadas na região do sertão. No sul e no sudeste do Sertão chove de dezembro a fevereiro; no norte, de março a maio, as estações de seca podem durar até oito meses e a precipitação pluvial fica em geral abaixo dos 800 milímetros e ainda existências de micro climas localizadas, como pés de serra e brejos que tem mais chuvas e estação seca mais curta, a vegetação de caatinga, em geral rala e de porte baixo. O Estado da Bahia possui 417 municípios sendo que destes, 265 estão situados no Semiárido.

O espaço no Semiárido é bastante heterogêneo, abrigando diversificações internas, dentre as quais a caatinga, em que a variabilidade de relevos, micro climas e disponibilidades hídricas tendem a refletir fortemente na diversidade sócio-econômica de cada espaço. Sua vocação econômica não é a agricultura, e sim a pecuária, onde se destaca o rebanho de caprino.

Com solos rasos, clima quente, chuvas irregulares e, ainda, apresentando um elevado índice de evaporação, a Caatinga é um meio ambiente vulnerável. Apesar de alguns conceitos estarem interligados sociopoliticamente, eles têm contextualizações diferenciadas, um exemplo são os conceitos de Semiárido e Nordeste. Essas definições se misturam no imaginário popular, produzindo uma visão triste e melancólica, onde existe uma pobreza permanente e generalizada,

sem nenhuma produção, e não diferenciando produção por municípios e as culturas locais.

Caporal e Costabeber (2007) afirmam que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. Os princípios agroecológicos, vão além do manejo agropecuário, envolvendo as tradições culturais, o tipo de solo, localização geográfica, costumes, gênero, geração, necessidades que somente a própria comunidade ou região pode construir, por ser ela protagonista e ator.

## 2.9 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: CONSTRUINDO UM TERCEIRO DIÁLOGO

Segundo Mirian Goldenberg (2007), metodologia é entendida como um caminho possível para a pesquisa científica, onde o fator determinante a ser trabalhado é o problema que se quer trabalhar e só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar. Para a autora Minayo (1994), metodologia é um caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade.

Um facilitador que acredita nas pessoas e nas suas capacidades proporciona uma atmosfera de confiança, sabe dos seus limites, é criativo, flexível, sensível ao estado de ânimo e à sensibilidade dos participantes. Mirian Goldenberg afirma que não existem regras precisas e passos a serem seguidos, porém, o bom resultado da pesquisa, depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. A autora também alerta para que os resultados da pesquisa não sejam contaminados em função da personalidade e valores do pesquisador. Uma observação pertinente da socióloga é que “é irreal supor que se pode ver descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*”. (GOLDENBERG, 2007, p. 51).

Abordar aspectos técnicos requer do pesquisador cuidado e criatividade. Numa perspectiva sociológica compreensiva<sup>75</sup>, Mirian Goldenberg (2007), ressalta que a realidade social só aparece sob a forma de como o indivíduo vê o mundo,

---

<sup>75</sup>Diferente das ciências naturais, a sociologia compreensiva, tem suas raízes no historicismo alemão, distinguindo “natureza” de “cultura”, considera necessário para estudar os fenômenos sociais, um procedimento metodológico diferente utilizado nas ciências físicas e matemáticas. (Cf. GOLDENBERG, 2007, p.18).

portanto, o meio mais adequado para o pesquisador captar a realidade é ver também o mundo através dos olhos dos pesquisados. Daí a importância da modalidade de trabalho a ser adotado.

Nesse sentido, Lima (2001) chama atenção para o conteúdo e a metodologia, indispensáveis para adequar às reais necessidades dos agricultores e à racionalidade administrativa das unidades de produção.

A dicotomia entre o senso comum e o científico é sempre preocupante para o pesquisador quando a questão diz respeito ao delineamento da pesquisa e amostragem. Nesse caso, a orientação de Kérisit (2008, p. 131) diz que “a pesquisa científica se recusa a se levar pelo senso comum proposto pelos atores sociais, e também recusa reduzir-se a uma ficção teórica que aniquilaria o vivido desses atores”.

Portanto a construção teórica pode, segundo o autor, ser o fato do indivíduo pesquisador ou levar à contribuição os sujeitos da pesquisa, como é o caso da pesquisa-ação e na pesquisa feminista, como se segue:

Afirmar que a pesquisa qualitativa privilegia o vivido dos atores sociais não significa, todavia, que ela se reduziria a uma descrição minuciosa de ações ou de fenômenos observáveis. Nisso pode-se dizer que o objeto por excelência da pesquisa qualitativa é a ação interpretada, simultaneamente pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa; de onde a importância da linguagem e das conceituações que devem dar conta tanto do objeto “vivido”, como do objeto “analisado”. (KÉRISIT, p. 131).

Conforme Lima (2001), o método é o conjunto de procedimentos adotados para concretizar uma ação visando alcançar determinado objetivo. Uma indagação era quanto ao método, a metodologia que deveria nortear a investigação dos objetivos proposto nessa pesquisa. A premissa sugeria que fosse qual fosse o método, deveria proporcionar aos participantes um momento de reflexão da sua realidade, possibilidade de construção de estratégias a partir do seu entendimento, da sua necessidade sem, contudo deixar de ser lúdico.

No entanto, a pesquisa qualitativa pressupõe dois grandes critérios para julgar a validade dos instrumentos da coleta de dados, segundo Deslauriers e Kérisit (2008), o primeiro a capacidade dos instrumentos trazerem as informações desejadas, e o segundo, a eficácia dos instrumentos, sua utilização, o tempo

disponível, o custo, e acessibilidade possível. Ainda há um terceiro critério apresentado por Marshall e Rossman apud Kérist, o da ética, observando a necessidade de se respeitar as características do meio social. Na definição de Minayo (1994) amostragem numa pesquisa qualitativa não se baseia em critérios numéricos para demonstrar sua representatividade, mas que possibilite abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Dentre as formas de se investigar essas dimensões da realidade, entendendo como metodologia qualitativa o conjunto de preocupações com questões particulares, que segundo a autora, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos á operacionalidade de variáveis.

Para que a reflexão proposta seja autêntica, a participação é fundamental nesse processo. Entendemos participação como sendo uma necessidade básica, mas que não nasce com o homem. Participação é conceituada por Bordenave (2007), como uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa e não tem somente uma função instrumental na co-direção do desenvolvimento, mais também exerce uma função educativa.

Uma característica das áreas rurais abordada pelo autor trata-se da in-comunicação, não somente de isolamento geográfico, associado às grandes distâncias que às vezes separa fazendas e vilas umas das outras e à precariedade dos transportes ocasionalmente paralisados semanas inteiras pelo mau estado das estradas em tempo de chuva. Trata-se da *in-comunicação*, socialmente determinada pelo analfabetismo e o baixo nível de instrução; pela necessidade de trabalhar longas horas intensa e duramente em condições cansativas, que deixam o indivíduo mais desejoso de descansar e dormir do que de sair por aí a visitar vizinhos. (BORDENAVE, 1988).

Além das dificuldades por conta da in-comunicação, há também uma dinâmica de cunho temporal na afirmativa de Geilfus (1997), participação não é um processo fixo, e que para alguns pode até ser classificado como uma forma de manipulação, existindo graus de participação e que as pessoas podem atingir maiores ou menores graus de participação dos “beneficiários” do projeto.

Na pesquisa-ação, os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação

das ações desencadeadas em função dos problemas. Ou seja, para Silva (2003), a pesquisa-ação promove a intervenção direta e contínua na realidade. Na visão de Furtado (2000) a pesquisa-ação ajuda a impulsionar os processos de desenvolvimento e mantê-los em andamento, principalmente pelas descobertas e conscientização que os participantes passam a ter sobre sua realidade.

Abordando como metodologia a pesquisa-ação onde a capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação (THIOLLENT, 2008), para quem a tônica básica, do ponto de vista metodológico é a união entre o conhecimento e ação, sem sacrificar a teoria em favor da prática (DEMO, 2008). Visando adequar o caráter desta pesquisa às demandas de novas orientações e requisitos do desenvolvimento rural sustentável, em especial da extensão rural e corroborando os princípios e orientações metodológicos da Agroecologia, chegou-se ao roteiro das dinâmicas com as oficinas, na tentativa de não esgotar o processo de pesquisa apenas a um produto acadêmico, mas pode representar a comunidade afirma Demo.

A reflexão que se propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração nem sobre o mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que a consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa. (FREIRE, 2005, p. 81).

Assim, pode-se considerar que os dados desenvolvidos por esta pesquisa deverão ser considerados como instrumento de apoio às atividades de extensão rural de base agroecológica, bem como influenciar nas decisões de políticas públicas para viabilidade econômica rural.

A pesquisa-ação é para Hugues Dionne (2007) um instrumento prático de intervenção antes de ser uma forma de investigação. É apresentado pelo autor como um método principal de ação antes de ser um método de pesquisa. O objetivo da pesquisa-ação é de mudança, ou seja, modificar uma situação particular, contudo, sua base é mensurada em um padrão científico. Segundo Dionne, a principal virtude de uma pesquisa é o seu caráter científico, confrontando com as exigências de objetividade, precisão inerente aos métodos exigidos pela ciência. Concluído por Demo (2008), a pesquisa-ação e participante, difere-se apenas na fundamentação científica de opção histórica política.

Uma metodologia agroecológica, segundo Caporal (2009), busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural. Saber quais estratégias metodológicas poderia promover esse diálogo de saberes, dando o básico como é definido pelo sociólogo Carlos Rodrigues Brandão (1984), para resgatar a dignidade do agricultor familiar como integrante da economia agrícola da região, considerando suas dificuldades educacionais, a rotina de longas horas de trabalho, a infra-estrutura que dificulta o acesso tanto do escoamento da produção quanto a promoção de encontros coletivos.

Na visão do Instituto Giramundo (2005), a metodologia agroecológica, deve ser participativa e desenvolver na família agrícola um posicionamento crítico da realidade, identificando e priorizando os problemas e formulando estratégias concretas para seu enfrentamento. Fundamentada no diálogo entre os membros de um determinado grupo de agricultoras (e) e técnicos (as) respeitando os princípios:

1. Todos os participantes devem ser considerados como sujeitos ativos na construção do conhecimento, a partir das informações que trazem, bem como sujeitos na análise de seus problemas, na decisão das soluções e na livre expressão de suas opiniões;
2. A metodologia deve eleger cuidadosamente as técnicas e estas, se utilizadas corretamente, permitem um aprendizado rápido, progressivo e interativo, pois todos são motivados a se envolver no processo, contribuindo com seus conhecimentos, práticas e experiências;
3. As técnicas utilizadas devem ser vistas como um apoio para a concretização deste enfoque inclusivo e participativo no processo de desenvolvimento. (GIRAMUNDO, 2005, p.39).

Cabe, a partir do exposto, refletir sobre as estratégias de desenvolvimento realizadas pela cooperativa e suas ações na construção do desenvolvimento econômico, social e cultural das cidades de Uauá, Canudos e Curaçá, que foram abordados nesse estudo, como discutidos a seguir.

---

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

---

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

Localizados no Nordeste da Bahia, no Semiárido baiano, Canudos, Uauá e Curaçá, como os demais municípios da região, caracterizam-se por longos períodos de estiagem, em decorrência, grande escassez de água. Foram dois os municípios pesquisados: Curaçá, localizado a 467,7 km da capital baiana, e Uauá, localizada a 363,4 km de Salvador, todas no Semiárido baiano conforme destacado na Figura 02. As principais comunidades que participaram da pesquisa são: Comunidade de Caladinho, Marruá, Caititus e Maria Preta (FIGURA 03).

O apoio da COOPERCUC ao desenvolvimento desta pesquisa promoveu o contato com os agricultores, possibilitando as idas às comunidades para aplicação da parte prática do desenvolvimento das atividades de coleta de dados na sede da instituição. Além de contribuir com transporte para deslocamento até as comunidades, todos os recursos didáticos utilizados durante a pesquisa, inclusive acesso a internet. Foi dada a continuidade dos registros na caderneta de campo em todas as atividades desenvolvidas e acompanhadas.

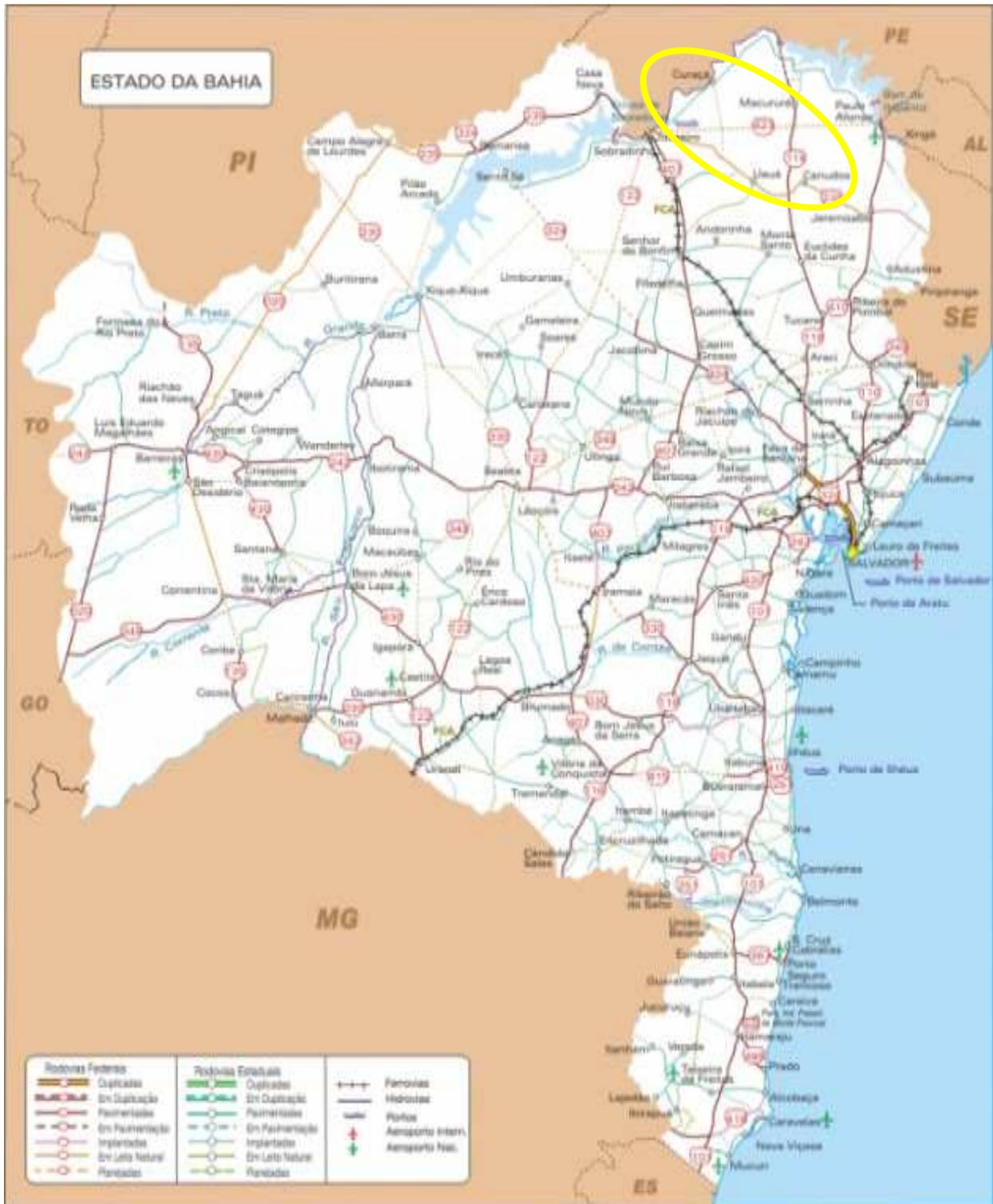


Figura 03: Mapa do Estado da Bahia, em destaque a região pesquisada (BRASIL, 2008).



Figura 04: Comunidades participantes da pesquisa. (BAHIA, 2008).  
Fonte: Adaptado para a pesquisa de campo.

### 3.2 METODOLOGIA

A busca de metodologias que facilitassem a compreensão da realidade desses agricultores e a forma como administram as suas unidades familiares de produção, foi o primeiro passo desse estudo, direcionando-o a uma avaliação da gestão dos negócios envolvendo os agricultores familiares.

Como abordar esses custos de maneira coletiva? Esse era um desafio na construção da metodologia. Mas também a oportunidade de estar numa realidade rural, discutindo e construindo uma proposta de educação contábil pela percepção e

necessidade dos destes e não aplicando um repasse técnico e fora do contexto dos atores locais.

Nesse trabalho, foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos, baseados na metodologia participativa, objetivando contribuir para a construção do diálogo onde a comunicação se faz essencial para o confronto e compreensão dos saberes, como agente norteador dessa comunicação.

Com base no referencial teórico apresentado e na afirmação de Bordenave (1988), a Comunicação Rural, adquire modalidades de diálogo participativo quando reconhece não ser o extensionista, quem muda ou transforma a realidade rural, mas os produtores e suas famílias como protagonistas dessa mudança. O mesmo pode ser dito a respeito do pesquisador. Essa comunicação pode se realizar através de vários mecanismos, contando que combine discussão conscientizadora com aprendizagem de decisão.

A pesquisa foi realizada no Semiárido baiano com residência temporária de 35 dias consecutivos na cidade de Uauá, no intuito de conhecer o local, as pessoas, algumas rotinas e características culturais, criar laços de confiança traçar o caminho metodológico dentro da realidade pesquisada. O estudo envolveu nove comunidades distribuídas nas cidades de Uauá (7) e Curaçá (2).

As metodologias utilizadas foram baseadas na pesquisa participativa e na pesquisa-ação. A pesquisa participativa foi adotada para estimular o diálogo, através da capacidade de aprendizagem do pesquisado e do pesquisador (THIOLLENT, 2008), permitindo a união entre o conhecimento e ação, sem sacrificar a teoria em favor da prática (DEMO, 2008). Valorizando assim, cada integrante em sua individualidade, formação e vivências. A pesquisa-ação é um agente impulsionador dos processos de desenvolvimento, principalmente pelas descobertas e conscientização que os participantes passam a ter sobre sua realidade. (FURTADO, 2000).

A pesquisa teve duas fases, sendo que na primeira fase foi feito o levantamento de dados sobre a temática e área de estudo, a identificação dos atores envolvidos no processo, o conhecimento dos resultados contábeis da COOPERCUC, participação de reuniões coletivas para avaliação e proposta de produção do ano corrente (2008), a seleção dos sujeitos do estudo, a identificação das percepções e o envolvimento destes agricultores com o tema da pesquisa. E na segunda fase, a aplicação das dinâmicas e oficinas para investigação das formas de

controle contábil de maneira participativa e construtivista, gerando um debate acerca da forma como são feitos os controles contábeis rurais familiares encontrados no âmbito das comunidades pesquisadas.

A opção pelo modelo oficina como recurso metodológico, teve o escopo de promover a comunicação e a cooperação no resgate da memória contábil local. No entendimento da psicóloga Maria Lúcia Afonso (2006) uma particularidade da oficina é estar inserida em um contexto sócio-institucional definido e provavelmente em um prazo de realização. As oficinas foram os dispositivos que proporcionaram, aos participantes, liberdade máxima de expressão, sem medo de errar ou se expor, liberando seu potencial criativo e contribuindo no seu ritmo. Além de criarem um espaço neutro para discutir assuntos técnicos sem o sentido de instrução, mas de formação pela percepção do grupo. A opção por utilizar oficinas de grupo teve como propósito estabelecer a comunicação e a cooperação para conhecer e compreender a realidade.

Outra questão instigadora foi a ambiência lúdica proporcionado durante as oficinas, Maria Lúcia Afonso (2006), observa o lúdico na mediação sujeito-mundo diferente de um ambiente dispersivo ou recreativo. Nesse caso, o clima lúdico é uma ferramenta de estrutura e linguagem onde o ambiente seja de interação e comunicação na realização da tarefa proposta. Respalhada por Winnicot (1975), a autora afirma que essa ferramenta é uma forma de lidar com a angústia do grupo. Esse espaço de fluidez permitiu discutir assuntos técnicos sem o sentimento de instrução, mas de formação pela percepção do grupo.

Ordem lúdica é entendida a partir da concepção de Yozo (1996), quando compara o lúdico a uma interrupção temporária da vida real. Para jogar e refletir com questões reais, o indivíduo precisa antes de tudo, liberta-se de suas “amarras sociais”, proporcionando uma participação efetiva, independente de sua posição, classe ou condição no ambiente social.

Dentro deste contexto, foi desenhado o conjunto de oficinas com o objetivo de conhecer a realidade sócio-econômica, despertar o interesse pelo controle contábil na gestão das atividades laborais dos agricultores do Semiárido baiano. As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: “Observação participante”, “Entrevistas Semiestruturadas com os Participantes”; “Saco d’Água”; “Perfil do Grupo”; “Fluxograma de Atividades” e “Levantamento de Custos”, todas com o intuito de construir um paralelo de conceitos contábeis aplicáveis no reconhecimento da

participação monetária e não monetária que algumas culturas contribuem direta ou indiretamente na formação da renda familiar. Partindo da construção do processo produtivo e quais custos fazem parte das etapas bem como estes são agregados ao preço final dos produtos.

As técnicas participativas são consideradas como complementares, e devem ser aplicadas e combinadas de acordo com as necessidades e realidades das distintas comunidades. Segundo Geilfus (1997), tais técnicas dividem-se em quatro tipos:

1. Dinâmicas Participativas;
2. Técnicas de Visualização;
3. Técnicas de Entrevistas e Comunicação Oral;
4. Técnicas de Observação de Campo.

A hipótese norteadora da pesquisa foi saber se a unidade de produção familiar seria capaz de melhorar a coesão social no âmbito das formas de organização associativas, caso acompanhasse sua evolução econômica e financeira, primeiramente nas unidades de produção. Partindo do pressuposto que, no âmbito cooperativo, os produtores, independente de realizarem ou não o controle em suas propriedades, exercem uma burocracia que os mantêm em contato com documentos de ordem contábil, constantemente.

A escolha das ferramentas do fluxograma e levantamento de custos intencionou a construção através da percepção e compreensão da cadeia de produção, pelos agricultores. Conhecer quais recursos são consumidos para a realização dos processos da produção. Como administra os procedimentos o tempo e reconhecem os custos que envolvem a produção desde o início do preparo do solo até a comercialização (seja de cultura ou criação).

Este procedimento metodológico objetivou despertar a importância de acompanhar esses gastos e como refletem na realidade econômica e financeira das atividades laborais. Sua influencia nas decisões de ordem gerencial e ambiental. Também, registrar a história da unidade familiar na perspectiva econômica, demonstrada pelos resultados financeiros de maneira temporal, pela produção e ainda por tipo de cultura. Permitindo a análise de diversos fatores que influenciam nos resultados.

As primeiras práticas das oficinas ocorreram em 22 de janeiro de 2008 na comunidade de Caladinho (Curaçá), com a participação de 10 produtores, incluindo participantes da comunidade de Serra Grande. Um número significativo de mulheres e jovens estiveram presentes. No Município de Uauá, os trabalhos iniciaram na comunidade de Caititus (31/01/08), com a participação de 09 agricultores incluindo participantes das comunidades de Cocobocó e Caratacá. Em seguida, a comunidade de Marruá (05/02/08), com a participação de 14 agricultores também com a presença de participantes da comunidade de Serra da Besta. Finalizando na comunidade de Maria Preta no dia 06/02/08 com 15 agricultores.

### **3.2.1 Técnicas utilizadas**

#### *3.2.1.1 Primeira técnica: Observação participante*

A observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado no intuito de obter informação sobre a realidade dos atores e atrizes sociais em seu próprio contexto, explica Neto (1999).

A técnica deu-se no acompanhamento e atuação nas atividades de planejamento durante a participação em reuniões da Cooperativa e seus cooperados e com a diretoria, caminhada na cidade, idas à feira, participação de festejos locais, convivência na rotina da COOPERCUC, atividades desenvolvidas pelos líderes e cooperados da Cooperativa, acompanhamento do recolhimento de matéria prima com o caminhão da cooperativa em várias comunidades, auxílio na organização de eventos ocorridos na cidade, como o concurso de poesias durante a realização da I Festa do Umbu e realização de palestra com o tema sugerido pela cooperativa: “*Economia Solidária: uma outra economia acontece*”, convivência e participação de cursos realizados por técnicos extensionista do IRPAA e pesquisadora e agrônoma, da Universidade de Florença – Itália.

Essa técnica visou estimular o contato e a interação do investigador com os grupos sociais, promovendo ao pesquisador um campo de visão a partir do sistema de referência dos sujeitos do estudo, ou seja, o pesquisador se coloca no lugar do sujeito de estudo e realiza as mesmas atividades que o sujeito, procurando obter informações sobre a comunidade e suas relações. As informações obtidas foram anotadas e sistematizadas posteriormente.

### 3.2.1.2 Segunda técnica: Entrevista semiestruturada

O primeiro passo deu-se na construção de um roteiro para entrevista semiestruturada, ou seja, os (as) entrevistados ficaram livres para falar sobre sua história de vida e experiência pessoal com relação ao tema investigado, com anotações em caderno de campo. Buscou-se obter o máximo de informações sobre o tema e a seleção dos dados mais importantes para dar organicidade às informações.

Foi ressaltada sempre a preocupação de compreender o contexto colocado de forma crítica e não apenas de descrever o objeto de estudo num aspecto meramente observacional. A idéia foi observar com atenção todo o processo de desenvolvimento do trabalho de campo e não somente em um momento específico, como na etapa de realização das entrevistas. Assim, essas entrevistas foram realizadas em momentos diferenciados, inicialmente como primeiro contato e levantamento, sendo entrevistados os técnicos extensionista do IRPAA, diretoria da COOPERCUC e, posteriormente, com mulheres que fazem a feira com verduras, venda de produtos que não ficam expostos em barracas fixas, agricultores em estágio de vivencia e por último, atividades participativas durante as oficinas.

### 3.2.1.3 Terceira técnica: Sensibilização - Saco d'Água (FURTADO, 2004)

Esta técnica, baseada nas dinâmicas de grupo, foi adaptada aos conceitos da contabilidade na intenção de proporcionar aos agricultores uma sensibilização ao assunto tratado. Para realizar essa dinâmica, são necessários os seguintes elementos: saco plástico (entregue a cada participante), balde com um pouco d'água, tinta escura e um objeto que fure o saco.

O saco plástico representa tanto a unidade produtiva, a água as entradas que são feitas para a realização das atividades e a tinta o elemento fundamental para que todo o processo possa se desenvolver.

Quando perguntado aos participantes quais recursos entraram recentemente na unidade produtiva, a cada entrada era posto um pouco de água no saco. Após as entradas, perguntava se esses recursos foram aplicados ou se houveram saídas de recursos. Exemplificando se houve compra de alguma semente. O que esta resultou? No segundo momento é perguntado o que faz com

que todo esse movimento ocorra? A resposta esperada para esta indagação é o Trabalho – a mão de obra do produtor. Nesse momento é pingada um pouco de tinta dentro do saco, esta toma por completo a água tornando-a escura.

#### *3.2.1.4 Quarta técnica: Perfil do Grupo (GEILFUS, 1997)*

O objetivo dessa atividade era listar todas as culturas da unidade, englobando toda produção existente na propriedade, independente de ser comercializada ou não. Em uma avaliação de cunho contábil, estas culturas se classificariam na conta de estoque, compondo o patrimônio da unidade produtiva. Conhecer a representatividade destas na percepção do produtor na formação da renda familiar.

Nessa atividade também foram enumeradas, as atividades não agrícolas, os recebimentos oriundos das políticas públicas, a participação dos rendimentos de aposentadorias, pensão, salários e outras formas de recebimentos que contribuem na renda familiar. Essa ferramenta foi realizada em todas as comunidades com a participação do grupo.

Para sistematizar o resultado foi adotada a seguinte ordem: os participantes diziam livremente o que tinham em suas propriedades e ao final era perguntado quem possui tal cultura e ao lado, era sinalizada a quantidade de possuidor.

#### *3.2.1.5 Quinta técnica: Fluxograma de Atividades (GEILFUS, 1997)*

A técnica, Fluxograma de Atividades, tem como objetivo fazer a representação esquemática do fluxo de eventos e decisões necessários para uma determinada atividade produtiva. Ele tem como base quantitativa, ilustrar a complexidade dos processos utilizados.

Conhecer pela percepção dos produtores o processo de produção de uma cultura (selecionada pólo grupo). Cada grupo traça todas às etapas necessárias a partir do início do processo produtivo, culminando com a comercialização. É realizada após a ferramenta Perfil do Grupo – onde está disponibilizado todo o estoque das unidades para escolha da cultura de maior relevância.

### *3.2.1.6 Sexta técnica: Levantamento de Custos*

O Levantamento de Custos tem como objetivo conhecer na perspectiva dos participantes, após o Fluxograma, todas as entradas de recursos, relacionados com a atividade escolhida. Também realizada pelo grupo, proporciona um ajuste na construção do fluxograma, não impedi que o grupo altere as etapas anteriores ao lembrar de gastos que não foram representados durante a construção do fluxograma.

Também, pode ser modificada no intuito de suprir etapas que foram repetidas. Esta oficina permitiu aos participantes construir o custo do produto por etapas que vão desde a produção inicial até a venda ou acabamento deste.

---

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

Na afirmação de Barquero (1988), todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais), que constituem seu potencial de desenvolvimento endógeno. E é desse conjunto de recursos que se destaca a formação da **COOPERCUC – Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá**, localizada a 415 quilômetros de Salvador no Estado da Bahia. Essa instituição que se originou do movimento de algumas mulheres, articuladas a outras instituições que puderam proporcionar a um pequeno grupo, um momento histórico para concretização de um novo empreendimento.

Mesmo de maneira tímida já beneficiava nas cozinhas domésticas mais de 40 toneladas de produtos entre doces compotas sucos e geléias (Informação cedida pela COOPERCUC, 2008).

En un momento histórico concreto, una colectividad territorial, por iniciativa propia, puede encontrar nuevas ideas y proyectos que le permitan utilizar sus recursos y encontrar soluciones a sus problemas. En las economías de mercado, el surgimiento de una fuerza emprendedora local es una condición necesaria para que se inicie o continúe una nueva vía de desarrollo autónomo. La capacidad de liderar el propio proceso de desarrollo, unido a la movilización de los recursos disponibles en el área, de su potencial endógeno, conduce a una forma de desarrollo que ha venido en denominarse desarrollo endógeno. (BARQUERO, 1988, p.25-26).

A junção de diferenciadas técnicas de coleta de dados para a presente pesquisa permitiu a contraposição dos dados de diferentes fontes sobre a realidade investigada, testando a validade das interpretações anotadas nas cadernetas de campo. A metodologia utilizada permitiu entender os elementos que são levados em consideração pelos agricultores familiares para avaliação de seu controle contábil.

A COOPERCUC atua em três municípios, totalizando um território acima de doze mil quilômetros (12000 km) de acesso difícil, com estradas mal conservadas, de clima quente durante quase todos os meses do ano, com pouco acesso a água, saneamento e infraestrutura dos centros urbanos também em condições precárias. É comum, encontrar urubus caminhando nas calçadas e nas ruas, mesmo sem lixo aparente. Na cidade de Uauá, as casas em geral escoam as caixas de gorduras das pias da cozinha para a rua pública, causando um odor constante, que conseqüentemente atraem os urubus.

A distância entre as comunidades, destacada na Figura 02, implica em aumento dos custos operacionais como na realização do monitoramento da produção (armazenamento, seguimento das normas de higiene), como a divulgação de informações. Essa queixa foi considerada grave pelos participantes da reunião da Assembléia realizada em Janeiro de 2008.

#### 4.1 RELAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS COM A COOPERCUC

Durante a participação na reunião da Assembléia Geral realizada em 11 de janeiro (FIGURA 04), na sede do clube Cristal em Uauá, a cooperativa contou com a participação de diversos representantes, com interesse em discutir e elaborar em conjunto as diretrizes administrativas para a produção da safra do ano de 2008.



Figura 05: Assembléia geral da COOPERCUC em Uauá, Bahia (2008).  
Foto: Carmen de Almeida Alves.

Os participantes da assembléia estavam assim distribuídos: Curaçá, as comunidades de Brandão (05), Serra Grande (11), Caladinho (09) e Cachaqui (06). Do município de Uauá nas comunidades de Maria Preta (02), Caititus (10), Lajes das Aroeiras (07), Caldeirão de Almeida (02), Marruá (09), Testa Branca (09) e Serra da Besta (05). E na cidade de Canudos, contou com a presença de 02 representantes da comunidade Sítio do Tomaz. Apenas as comunidades de Cocobocó, Uauá, Desterro (Uauá) e Patamuté (Curaçá) não estavam representadas.

A metodologia teve como diretriz avaliar a safra de 2007, concluir em conjunto as quantidades de produção da safra de 2008 (quantidade e preço) e apresentação da Carta de filiação para entrada de novos sócios. Com o valor proposto de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) podendo ser pagos em até dez vezes de R\$15,00 (quinze reais) para a adesão do novo sócio.

Os participantes que trabalham diretamente nas fábricas, mas, não são cooperados, manifestaram em relação ao valor, comparado aos benefícios que recebem. A cooperativa fornece matéria prima para produção dos doces, sucos e geléias. Todos os coordenadores das mini fábricas, anotam em planilhas fornecidas, as quantidades de cada insumo, que é consumido e as perdas. Esses resultados são discutidos nas reuniões mensais entre o coordenador geral e os grupos. Avaliando a relação do consumo desses insumos com a produção realizada.

Esse método industrial controla a utilização dos insumos fornecidos exclusivamente na produção. A lógica de administração sugere que cada mini

fábrica, assume os custos de seus insumos, porém, é previamente analisada a quantidade suficiente para a produção planejada. As perdas com embalagens, frutas, doces que estragam, falta de insumo é total responsabilidade dos produtores que trabalham nas mini fábricas. Mas, o cliente final, recebe sua encomenda independente do que ocorra nas mini fábricas.

Ou seja, a cooperativa repõe o insumo necessário, mas a conta da perda é rateada pelos responsáveis da encomenda total. Esse modelo de gestão exige dos agricultores uma postura de cooperação e competição, já que os não cooperados recebem em percentual menor.

As embalagens de vidro são recolhidas nas escolas públicas, higienizadas e reaproveitadas. As tampas não passam por este processo, sendo compradas constantemente, o que acarreta segundo os participantes, uma perda de tempo em encontrar a tampa que se adeque ao frasco. Este fato ocasiona a perda do produto pronto, com vazamentos e perda por conta de bactérias que acabam deteriorando os produtos nas prateleiras do estoque.

A COOPERCUC demonstra de maneira clara os resultados produzidos de cada comunidade (TABELA 01). Tanto em relação à quantidade, quanto ao valor, fato que não causa nenhum tipo de reação negativa a respeito dessa abertura de valores financeiros. Porém, os participantes não visualizam nessas demonstrações os custos envolvidos no processo em relação aos ganhos. No geral, todos reclamam dos recebimentos, afirmando aumentar a produção e não ter a mesma proporção em relação aos ganhos referentes às sobras.

Tabela 01 - Demonstrativo da capacidade de produção na fábrica em Uauá. Bahia, 2008. (250 dias da produção /Turma de 8 horas / cinco pessoas trabalhando).

Produto	Quantidade	Preço	Custos da produção	Valor líquido	Resultado
Doce de umbu, 260 g (50dias úteis)	60.000	2,5	33.347,92	150000,00	116.652,08
Doce cremoso de umbu 300g (50 dias úteis)	60.000	2,99	113.350,02	179400,00	66.049,98
Doce de corte de umbu 300g (50dias úteis)	20.000	2,50	31.502,67	50000,00	18.497,33
Geléia de umbu, 260 g (50dias úteis)	30.000	2,50	50.021,88	75000,00	24.978,12
Geléia de maracujá 260g (trabalhando 25 dias)	15.000	2,60	18272,96	39000,00	20.727,04
Compota de umbu (trabalhando 25 dias)	5.000	4,00	13.252,09	20000,00	6.747,91
<b>TOTAL</b>	<b>60 ton</b>		<b>259.747,54</b>	<b>513.400,00</b>	<b>R\$ 253.652,46</b>
Impostos, ICMS, PIS e COFINS (Somam 26%)					
<b>Lucro líquido Estimado</b>				<b>120.168,46</b>	

Fonte: COOPERCUC – Adaptada para pesquisa de campo.

Esses números estão distantes da realidade de cada produtor envolvido direta ou indiretamente na produção da cooperativa. Ocupando os mesmos espaços há uma distinção em analisar e acompanhar o trato dado a história econômica mensal, representada numericamente como a tabela acima. Porém, essa forma de representar o resultado econômico de uma instituição onde a base laboral é composta por agricultores familiares, remete a pensar como seriam tratadas e analisadas as unidades se, apenas acompanhasse de maneira básica os dados de entradas e saídas.

Os mesmos atores não acompanham suas contas, preenchem as planilhas diariamente e discutem, exigem e acompanham os resultados demonstrados conforme a contabilidade clássica ensina. Portanto, a hipótese dessa pesquisa parte do princípio de que o controle contábil nas unidades familiares proporcionaria uma

melhor coesão social no âmbito das organizações associativas e nesse caso em participar, cooperativa.

Durante essa reunião, os participantes demonstraram habilidades e em discutir os resultados apresentados do ano de 2007, como também de exigirem aumentar a produção, diminuir as perdas na intenção visando aumentar o ganho final. O recebimento, referente às sobras, variam em média de R\$ 700,00 por três meses trabalhos, em semanas ou dias alternados. Não estão contabilizadas as rendas oriundas dos benefícios de políticas públicas, vendas de produção, atividades não agrícolas. Como também, esse valor não é padronizado entre os cooperados.

O volume de produção tem como principal mercado o local (65%), seguido pelo internacional (25%), o regional e nacional (10%) (FIGURA 05), a cooperativa produz mais de 60 toneladas de seis subprodutos do umbu e outras frutas na fábrica central em Uauá, gerando um lucro estimado de mais de 120 mil reais (TABELA 01).

Esse fato mostra que os agricultores não fazem o controle contábil clássico em suas propriedades, mas usando suas percepções e saberes, controlam a produção mesmo que o resultado final resulte na insustentabilidade do processo produtivo, principalmente na atividade pecuária. Depois das exigências da cooperativa, todos os participantes envolvidos na produção, atentam para os resultados entregues ao coordenador de grupo. Reivindica melhoras, aumento do valor do trabalho realizado e mantêm os estoques organizados, contados e selecionados conforme as exigências burocráticas da cooperativa

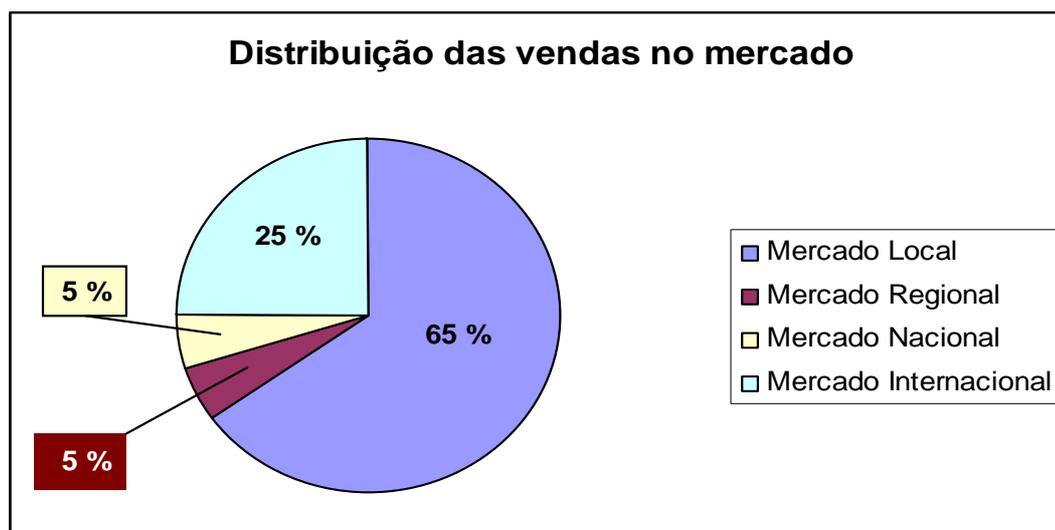


Figura 06: Distribuição de vendas da COOPERCUC por mercado.  
Fonte: COOPERCUC (2008). Adaptado para pesquisa de campo.

A proposta da metodologia é de incentivar esse procedimento também, nas unidades produtivas familiares. E ao desenhar a relação de ferramentas para tal objetivo, o Saco d'Água teve uma função de sensibilizar e proporcionar aos participantes a visibilidade desses acompanhamentos em prol da avaliação familiar não em um produto específico, mas no modelo controle da produção, que pode ter como base, os produtos de maior expressão econômica.

Produzindo alguns doces diferentes da fábrica sede, as mini fábricas existentes nas comunidades estudadas, fabricam em torno de 10 toneladas cada, gerando um faturamento de mais de onze mil reais (TABELA 02). Os gastos das unidades são individuais, têm autonomia de gestão, mas as dificuldades em controlar e conhecer os processos de produção e seus custos foi coletivo. Durante as dinâmicas da construção do Fluxograma essa característica ficou bastante evidenciada, pois, a construção dessa atividade só se deu por conta da participação de todos. Nenhum participante sozinho conseguia lembrar ou relacionar a ordem como os processos acontecem.

Tabela 02 - Demonstrativo da Capacidade de produção em uma unidade produtiva.  
(120 dias da produção / Turma de 8 horas / 10 pessoas trabalhando em cada  
fábrica.)

Produto	Quantidade	Preço	Custos da produção	Valor líquido	Resultado
Geléia de umbu 1,5kg	1.500	8,5	8470,30	12750,00	4279,70
Geléia de maracujá 1,5kg	1.500	8,5	8516,42	12750,00	4233,58
Compota de umbu	6.000	4	13252,10	24000,00	10747,90
Compota de manga	6.000	4	13300,50	24000,00	10699,50
Polpa de umbu c/ caroço Kg	3.000	0,6	400,00	1800,00	1400,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.ton</b>		<b>43939,32</b>	<b>75300,00</b>	<b>31360,68</b>
Impostos, ICMS,PIS, COFINS (Somam 26%)					
<b>Faturamento Líquido Estimado</b>				<b>11.782,68</b>	

Fonte: COOPERCUC – Adaptada para pesquisa de campo

Apesar do grande rendimento nas minifábricas e na fábrica sede, todos os participantes queixaram-se da burocracia da COOPERCUC no preenchimento dos relatórios de controles com os gastos e perdas nas unidades de produção. A forma que se utiliza para a aplicação desses controles é abordada por Bordanave como uma das questões a se atentar quanto a comunicação rural. Como também, utilizar desses momentos de entrada de novas tecnologias para promover a educação conscientizadora. Porque apesar de atender a demanda da cooperativa, os agricultores não despertaram para os benefícios que esses métodos podem também proporcionar nas suas unidades produtivas.

Portanto, a contabilidade voltada para a realidade familiar rural, não prevê apenas o controle dos estoques relativos às culturas e criações, ou entradas e saídas, mas uma conscientização política da força produtiva na alimentação regional

e nacional dos agricultores familiares. A partir dessa proposta da cooperativa de inserir nas mini fábricas planilhas de controles, o olhar para as responsáveis por esta ação, não se pode desconsiderar toda história e condições culturais que envolvem esses atores, como também, não se pode perder a oportunidade de promover a educação nesse processo de desenvolvimento endógeno, onde o fim não se resume em aumentar a produção para atender demandas d e mercado, mas para que o mercado possa possibilitar a demanda de desenvolvimento endógeno além dos espaços industriais, mesmo no rural.

Antes da formação da cooperativa, as famílias envolvidas não tinham água potável e vendiam o saco de 60 kg da fruta umbu aos atravessadores pelo valor de R5,00 (cinco reais). Depois do beneficiamento da fruta pela COOPERCUC, a saca passou a custar R\$15,00 (quinze reais). Depois da fundação da COOPERCUC, as famílias incluídas no programa passaram a ter acesso à água potável.

#### 4.2 DISCUSSÃO DAS FERRAMENTAS UTILIZADAS

A dinâmica do Saco D'água (FIGURA 07) foi o aparelho de abertura para uma maior integração das dinâmicas seguintes. Os resultados decorrentes refletiram nos diálogos reflexivos a respeito do controle exercido na unidade produtiva, sendo que a participação nas rotinas administrativas da cooperativa proporcionou uma visibilidade da proposta da pesquisa.

Todos perceberam quem era o agente realizador das atividades, mas não elencaram a remuneração referente ao seu trabalho nos movimentos de entrada e saída.

A partir desse trabalho os participantes demonstraram-se sensibilizados e interessados para continuar nas demais oficinas.

Neste trabalho, os participantes puderam perceber a diferença dos gastos com a família e da produção. Buscando esta compreensão, os participantes listaram todos os custos de produção referentes à Cooperativa, tendo muita dificuldade em fazer o mesmo quando estes se referiam aos gastos da sua produção. Nas comunidades, os participantes só relacionaram o controle contábil a sua realidade produtiva depois de listar suas obrigações aos critérios da COOPERCUC.

Na comunidade de Caititus, os participantes elencaram precisamente todas as entradas e saídas da minifábrica. Contudo, na comunidade de Maria Preta, o

grupo discutiu as entradas e saídas referentes à unidade de produção. Nessa comunidade apenas uma participante era membro da Cooperativa. Uma das participantes concluiu que: “*é por isso que tudo que ganho só dá para pagar o cartão de crédito*”. (Clara - 22 anos, grávida do segundo filho).



Figura 07: Dinâmica “Saco d’água” - Comunidade Caititus e Maria Preta, respectivamente. Uauá, BA. (2008).

Foto: Carmen de Almeida Alves

Outra reflexão que chama atenção foi a precisão ao listar os custos de produção referentes à Cooperativa nos trabalhos realizados nas minifábricas. O mesmo não ocorreu em relação a unidade familiar. Em se tratando de agricultores que acompanham os resultados expostos em planilhas e tabelas, comercializam e participam de eventos internacionais, a ação de controlar também os gastos e entradas na unidade familiar, é uma garantia de acesso a tecnologia social de conhecimento que aplicada à gestão da unidade familiar, dinamizaria a gestão da unidade coletiva, no caso, da cooperativa.

A ferramenta do Perfil do Grupo foi realizada em todas as comunidades. Todos elencavam o que possuíam tanto nos quintais quanto nas roças (referindo-se a produção de maior porte) e depois era perguntado a cada um se possuía determinada cultura e ao lado era assinalado. Depois eram elencadas as outras rendas não agrícolas, incluindo os benefícios oriundos das políticas públicas e atividades temporárias.

Em todas as comunidades durante as discussões, os participantes percebiam o quanto algumas culturas contribuíam de maneira indireta na renda da família. Os agricultores percebiam apenas as culturas que eram comercializadas. Dessas culturas o grupo selecionava apenas uma para o trabalho seguinte. Em

Marruá, a mandioca foi a cultura selecionada, enquanto que nas demais comunidades, o bode foi selecionado.

Interessante ressaltar que os participantes não lembram ou se reportam das culturas não comercializadas. Daí, a necessidade de pedir para elencar todas as culturas, independentes de comercializadas ou não. No início alguns participantes afirmavam que as culturas como as frutas, raízes não havia serventia, apenas para ração animal. A dinâmica foi conduzida na intenção de conhecer também essas culturas tidas sem valor comercial. Portanto não havia utilidades para a família.

Contudo, utilizar dinâmicas onde o lúdico permeia como instrumento facilitador do diálogo, motivou listar um número relevante de culturas existentes nas unidades pesquisadas. Durante as discussões, essas culturas tidas sem utilidades, começaram a participar de maneira indireta na renda familiar. As rações animais representavam um ganho ao deixarem de ser compradas. Também as hortaliças e demais produtos que reduzia o valor de gasto com comida em feiras ou mercados. Os ovos de quintal não têm um mercado local para absorver a produção, não há logística para transportar a outros centros, na maioria das vezes, são perdidos ou usados na ração animal.

Todo o processo é dialogado e estimulado ao participante falar da sua perspectiva, nesse caso, sobre o consumo mensal em relações aos ganhos. Boa parte dos integrantes afirmou não comprar pão para acompanhar as refeições matinais ou noturnas, e sim se alimentar com raízes em especial o aipim e o inhame. Também a bata doce. Não compram farinha e nem feijão. Economizam na ração por conta dessas sobras e também das palmas que plantam para tal. Consomem a carne de bode diariamente, mesmo tendo outras opções como frango ou carne bovina. Peixe não é um alimento comum local.

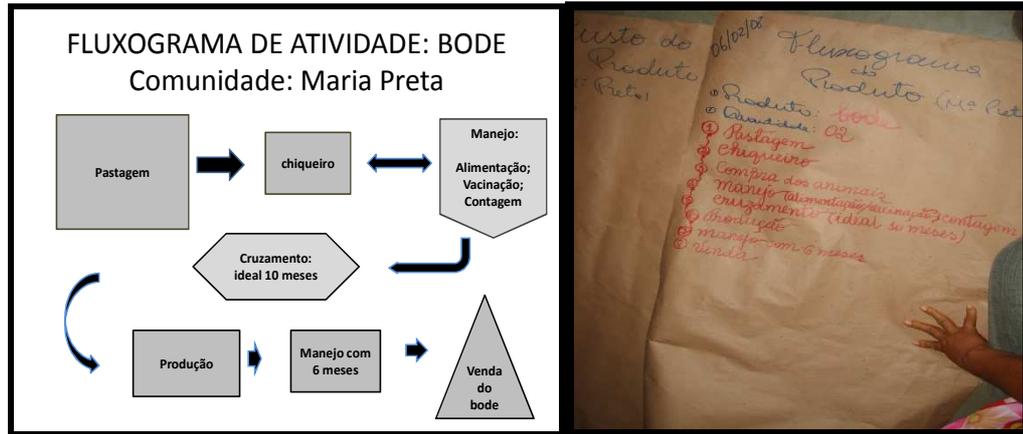


Figura 08: Fluxograma de Atividade: Bode - Comunidade Maria Preta. Uauá, BA (2008).  
Foto: Carmen de Almeida Alves.

Durante as construções dos Fluxogramas (FIGURAS 08, 09 e 10), os participantes de todas as comunidades puderam perceber que não agregam ao preço final os gastos ocorridos no início do processo. Durante a realização dessa atividade, a coesão do grupo foi bastante evidenciada e foi justamente a participação de todos que construiu o processo de produção tanto seja do bode como da mandioca.

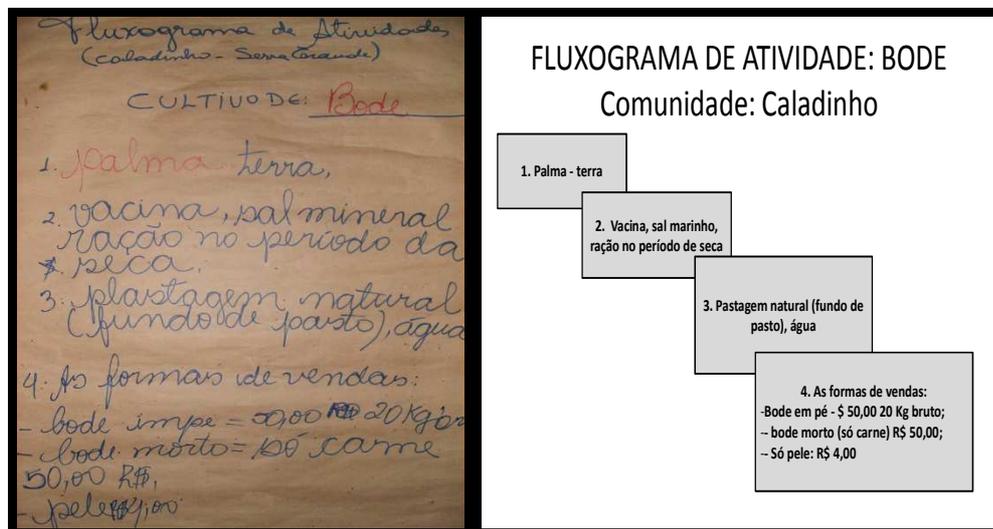


Figura 09: Fluxograma de Atividade: Bode - Comunidade Caladinho. Curaçá, BA (2008).  
Foto: Carmen de Almeida Alves.

A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que os participantes ampliam seu olhar quanto o valor de participação econômico não monetário de determinadas culturas. Essas discussões partiram de reflexões com o grupo, não teria utilidade

questionar controle somente abordando ganho monetário. Seria desconsiderar a história e as formas de sobrevivência que vêm sendo utilizada como estratégias pelos sertanejos há mais de três séculos. Mesmo com todas as dificuldades ambientais e climáticas, fatos comuns aos que convivem no Semiárido nordestino.

O exemplo da mandioca (FIGURA 11), que tem um tempo médio de um ano, desde o preparo do solo até a colheita, mostrou que só eram agregados os gastos dos últimos quatro meses, isso porque ainda eram recentes nas suas memórias. Os gastos com o preparo do solo e perdas durante o processo produtivo não são contabilizados.

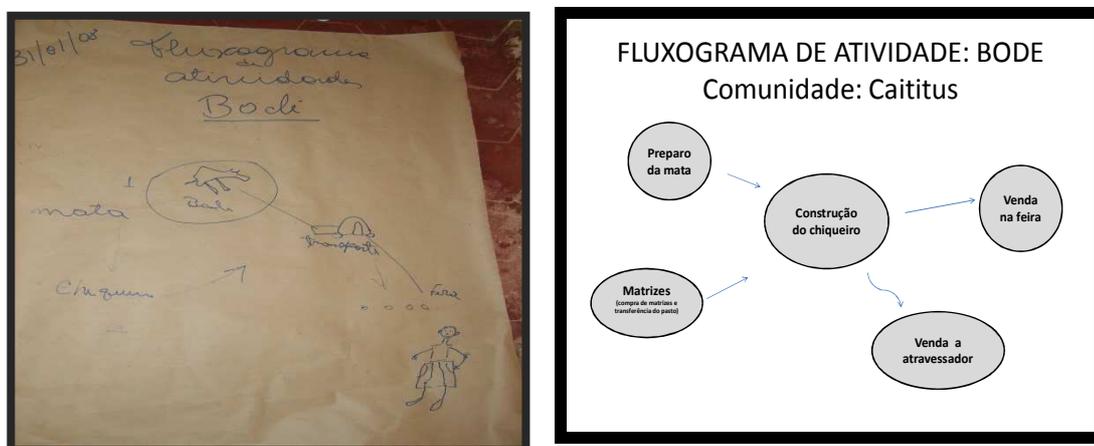


Figura 10: Fluxograma de Atividade: Bode - Comunidade Caititus. Uauá, BA (2008). Foto: Carmen de Almeida Alves.

Em relação ao bode, não foi muito diferente. Apesar de ser o bode a cultura tradicional local, a maioria dos produtores demonstrou não serem hábeis no manejo, especialmente na época de comercializar. Essa discussão foi mais evidenciada na comunidade de Maria Preta, relatado por uma agricultora que havia participado de curso sobre manejo de caprinos, patrocinado pelo IRRPA, que passou a adotar o aprendizado, melhorando sua renda com a comercialização do animal.

Antes do curso, ela vendia os animais com mais de sete meses ou deixava o rebanho aumentar no pasto. O curso orientava sobre o tempo máximo de sete meses para abate, por ser este período ideal para o consumo da carne e a utilização da pele. Após esse tempo o bode não aumenta de peso, a carne não conserva o mesmo sabor e o consumo de ração aumenta. Depois dessas orientações, a participante não deixa passar dos sete meses para realizar o abate.

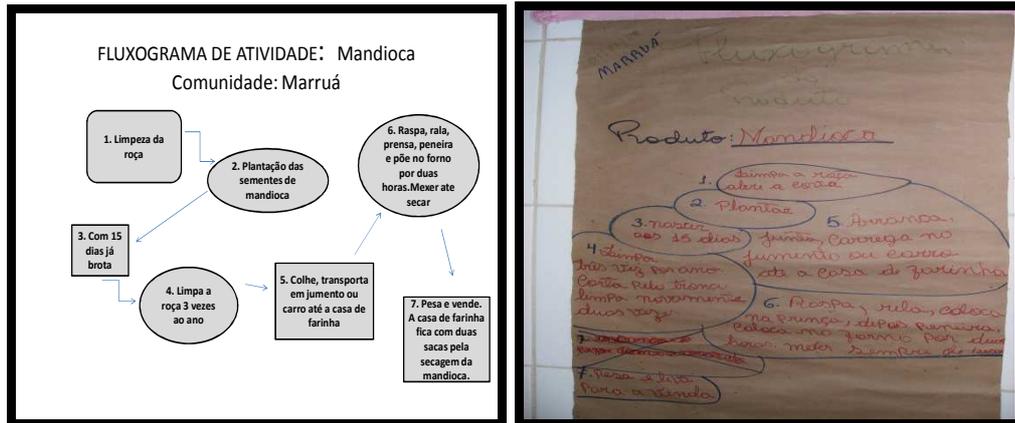


Figura 11: Fluxograma de Atividade: Mandioca – Comunidade Marruá. Uauá, BA (2008).  
Foto: Carmen de Almeida Alves.

Os gastos com medicamentos e perdas ocorridas (FIGURA 12), não são contabilizados e apenas uma produtora da comunidade de Maria Preta soube informar a quantidade de animais existente no pasto. Nenhum participante sozinho conseguia lembrar ou relacionar a ordem como os processos produtivos acontecem. Na realização das atividades, a coesão do grupo foi bastante evidenciada, possibilitando a construção do processo de produção tanto do bode como da mandioca.

Esta ferramenta demonstrou claramente o quanto o agricultor desconhece seu processo produtivo, o quanto diversos gastos não são agregados na formação do preço de venda, ficando na memória as despesas recentes. Nenhum dos participantes acompanha os gastos do início da produção, desconhecem as etapas necessárias para se obter o produto final e concentram muito esforço físico e econômico sem ter nenhuma noção do quanto vai render o trabalho despendido. Esta atividade foi a que mais movimentou a participação do grupo – individualmente foi difícil construir o processo de produção. Somente uma comunidade a de Marruá não escolheu o bode como produto para o trabalho, selecionando a mandioca.

O levantamento de Custos foi a última técnica realizada, fato que não dispersou a atenção dos participantes. Essa ferramenta é uma sequência do fluxograma, que possibilitou sistematizar os custos de produção numa linguagem própria e permitindo uma ambiência de discussão, troca de manejos, verificação de práticas ainda não conhecidas por alguns participantes. Em nenhuma comunidade a remuneração do produtor e nem mesmo dos integrantes da família foi evidenciada

como custo de produção. Só é considerada mão de obra remunerada serviços de terceiros.

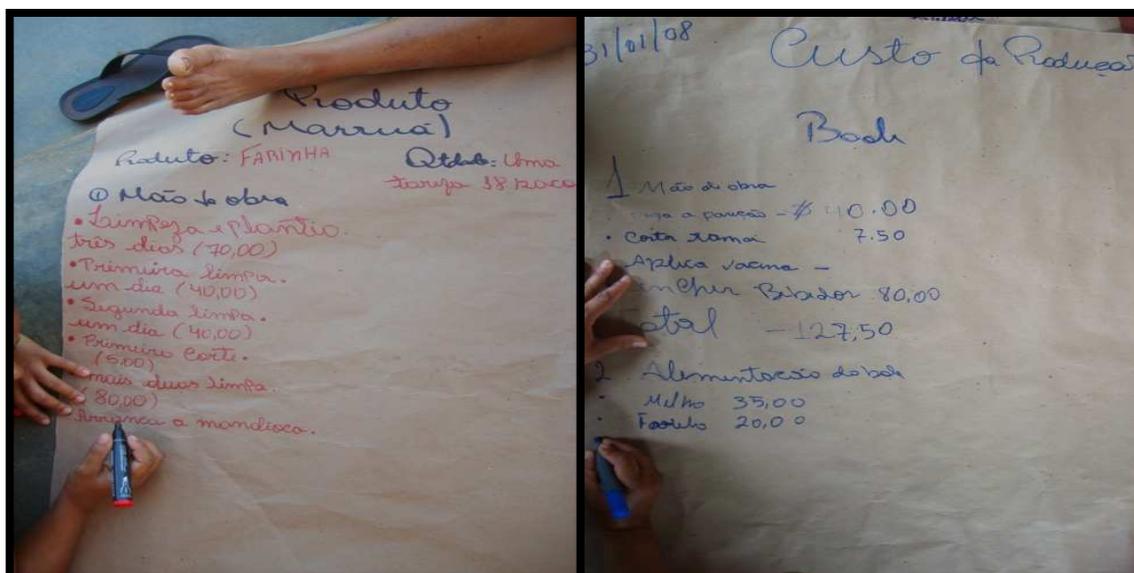


Figura 12: Construção dos Fluxogramas dos Custos na Comunidade de Marruá (farinha de mandioca); e Comunidade de Caititus (criação de bode). Uauá, BA (2008). Foto: Carmen de Almeida Alves.

Essa ferramenta demonstrou que os produtores sabem compreender as fases dos processos, procedimentos, tempo e recursos necessários para a produção (seja de cultura ou criação). Porém, o agricultor desconsidera diversos gastos que ocorrem durante o processo produtivo, não agregando esses custos na formação do preço de venda, seja ao atravessador ou em mercados locais. Ao final houve um interesse por parte dos participantes na importância do acompanhamento dos gastos, e como esses resultados influenciam nas decisões de ordem gerencial e ambiental.

Observa-se na localidade uma precariedade nas ações que dependem de políticas públicas para estimular a melhora e acesso local. Especialmente no que tange à infra-estrutura de serviços como energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico, ausência de rodovias, levando o Município a sérias dificuldades relativas, sobretudo ao transporte, que afeta diretamente o escoamento da produção agropecuária, constituindo-se no entrave à comercialização.

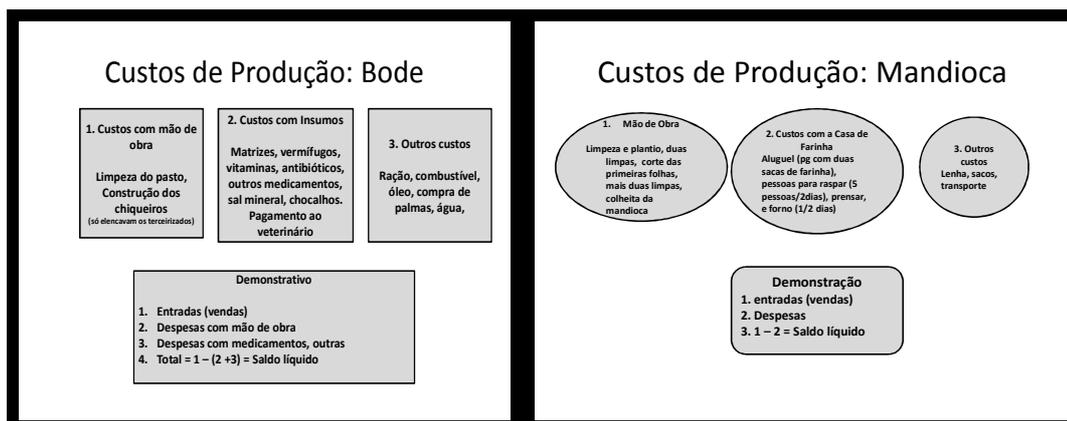


Figura 13: Custos de Produção – Produção de Bode e Produção de Mandioca respectivamente. Uauá, BA (2008).  
Foto: Carmen de Almeida Alves.

A roça é muito importante para a vida do agricultor e de sua família. Ela fornece quase tudo o que a família consome durante o ano. Esse é um diferencial do produtor que permanece no campo em relação aos que migram em busca de sub-emprego e vida sub humana. Mesmo sendo poucos os produtos oriundos das roças, ainda são estes produtos que alimentam uma grande quantidade de pessoas na zona rural.

Essa atividade mesmo sendo a última a ser realizada, não dispersou a atenção dos participantes. Sistematizar os custos de produção numa linguagem própria (FIGURA 13) permitiu uma ambiência de discussão troca de manejos, verificação de práticas ainda não conhecidas por alguns participantes. Para os participantes, o trabalho deles não é remunerado durante a produção, nem mesmo dos integrantes da família. Só é considerado mão de obra, serviços de terceiros.

A pesquisa envolveu 57 participantes, 9 exclusivamente em entrevistas semiestruturadas e observação participante, 48 em atividades completas nas comunidades (TABELAS 03 e 04 ), sendo 8 cooperados da COOPERCUC e 40 não cooperados, tendo um maior número de participantes na comunidade de Maria Preta (16, correspondendo a 33,3% do total).

Tabela 03 - Números de agricultores (as) participantes da pesquisa por comunidade.

<b>Comunidades</b>	<b>Nº de agricultores (as)</b>	<b>%</b>
Curaçá	10	20,8
Caititus	8	16,7
Marruá	14	29,2
Maria Preta	16	33,3
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo – 2008.

Tabela 04 - Quantidade de Participantes nas Oficinas das Comunidades Pesquisadas e Números de Cooperados da COOPERCUC (2008).

<b>Comunidade pesquisada</b>	<b>Cooperado</b>	
	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
Curaçá	6	4
Caititus	5	3
Marruá	13	1
Maria Preta	16	0
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>8</b>

Fonte: pesquisa de campo (2008).

A média de número de filhos entre os pesquisados (TABELA 05) foi de três (3), as mulheres na faixa dos 23 aos 31 anos, relataram não quererem mais de dois filhos: “... não quero meu filho aqui, passando o que passo... tantas dificuldades...” (S.C.S, 21anos, mãe de uma filha de oito anos).

Tabela 05 - Número de filhos levantado nas entrevistas semiestruturadas no início das oficinas das comunidades de Caladinho, Marruá, Caititús e Maria Preta, BA (2008).

Nº de filhos	Nº de agricultores (as)	%
0	10	20,8
1	9	18,8
2	6	12,5
3	7	14,6
4	4	8,3
5	6	12,5
6	2	4,2
8	1	2,1
9	1	2,1
10	1	2,1
12	1	2,1
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Ao não saber seus custos reais (todos os recursos consumidos no período de produção, inclusive com o preparo do solo), o agricultor acredita estar tendo lucro, mas acumula prejuízos durante o ano.

Geralmente, os valores que ficam na memória são os oriundos de aposentadorias, pensão e políticas públicas como as bolsas família/escola e vale gás, mas ao elencar os gastos da família, os valores gastos ultrapassam esses recebimentos.

A agricultura familiar vem contribuindo há décadas no incremento da economia local e promovendo a fixação do homem no campo. Portanto, não se trata apenas de saber os custos de produção, mas de registrar o potencial econômico que embora informal, movimentava o mercado local e regional além de discutir com base

nesses resultados, quais medidas públicas podem ser ativadas no sentido de emancipar o desenvolvimento local

Os produtores entrevistados mantêm suas despesas com a produção agrícola, além do rendimento da cooperativa e atividades não-agrícolas. Contudo, a aposentadoria demonstrou-se efetiva na formação na renda das comunidades pesquisadas, em especial na comunidade de Caladinho (Curaçá). Na comunidade de Maria Preta (Uauá), os participantes retiram suas rendas a partir da venda dos produtos agropecuários. A produção de bode contribui com uma grande parcela na renda familiar.

Um fato que demonstrou o interesse do produtor para o entendimento e acompanhamento dos gastos de produção e despesas familiares através do controle contábil se deu quando a senhora Terezinha que participou da pesquisa em Caititus, fez um verdadeiro mutirão entre os vizinhos e amigos para participar da pesquisa na comunidade de Maria Preta: *“eu quero que meus amigos e vizinhos conheçam seu “curso” e abram a cabeça como eu abri a minha”*. T.S, 69 anos

Em relação a sustentabilidade da Cooperativa, esta possui uma campanha para coletar os recipientes dos doces, para reutilização, reduzindo o custo com compras das tampas, utilizando a esterilização dos frascos em um número maior de quantidades possíveis.. Fato que não os isenta da compra de mais recipientes. Para os cooperados, esse procedimento era estranho, como se esse fato estivesse desvinculado da questão ambiental e econômica.

A cooperativa faz diversas campanhas para a preservação da caatinga, uma delas é não comprar o fruto umbu fora de época. Essa atitude contribui em mudanças no âmbito ambiental, com uma significativa diminuição de derrubadas das folhas e frutos verdes do umbuzeiro. Prática comum entre os catadores de umbu, que prejudica o desenvolvimento das plantas, diminuindo a produtividade da árvore, ocasionando numa diminuição gradativa das árvores de umbuzeiros na região, contudo essas pequenas ações demonstram uma melhora tanto do ponto de vista econômico quanto social.

O açúcar utilizado nos doces é orgânico, vem de São Paulo, tem custos com frete, preço mínimo, também desconhecido dos produtores. Em relação aos sistemas produtivos do cooperado, um fato que contribui para a insustentabilidade, é o manejo das criações que vem sendo utilizado há décadas. Este é feito de maneira extensiva, no qual o agricultor ao invés de criador torna-se um caçador de seu

próprio rebanho. Muitas vezes alguns animais são perdidos dentro da caatinga, fato esse que também não é contabilizado, da mesma forma que os impactos causados nos recursos naturais da região por esses animais.

Assim, vale ressaltar que existem outras formas de manejo também baseadas em comunidades tradicionais, semiextensivos ou sistemas agrosilvipastoris, que podem equilibrar essa atividade produtiva, gerando menores impactos ao ambiente, e sucessivamente maiores ganhos a família criadora. A atividade pecuária é apenas um dos exemplos vivenciados na pesquisa.

#### **4.2.1 A comunidade de Caladinho**

A comunidade de Caladinho é localizada no sul do município de Curaçá tem esse nome por conta de duas fazendas no povoado de Nicuri com 4.000 ha e mais 1300 ha denominado Caladinho por que os moradores antigos tinham que ficar calados para não serem localizados e banidos do local. Após a chegada do senhor Pio Felix e irmãos nascidos em Pernambuco, os mesmos se denominavam donos de todas as terras e começaram a expulsar os moradores que tinham suas pequenas roças. Pio Felix era posseiro, que se passava como dono das terras na caatinga, e enfrentava armado, as famílias e moradores locais fazendo ameaças de morte e queima das casas.

Os moradores mudavam constantemente de local e ficavam “caladinhos” para não serem encontrados. Uma dessas famílias, abordada como invasora das propriedades do senhor Pio Felix, foi a dos avôs do senhor Ariovaldo, os Gonçalves de Santos, que possuía fazenda nessa região desde os seus antepassados.

A partir da década de 50 até a década de 90 as agressões se acirraram com incêndios nas casas na criação e nas roças, também agressões aos moradores que vivia em silêncio até então para não serem identificados pelos irmãos. Somente no ano de 1998/9, iniciou uma briga na Justiça pela posse das terras, ficando descoberto que os ditos donos não possuíam nenhum documento que os legitimasse donos legal das propriedades que alegavam por mais de quarenta anos. Em 2000 cada família residente das terras, recebeu documentação oficializando a propriedade. A comunidade possui 62 famílias, sendo que 38 recebem auxílio Bolsa Família, 29 dessas pessoas são aposentadas e sete recebem pensão e apenas

nove são assalariadas entre estes, dona Glória e a irmã. Abaixo, segue tabela (TABELA 06) com a renda não agrícola dos participantes da pesquisa.

Tabela 06 - Rendas não Agrícolas da comunidade de Caladinho. Bahia (2008).

<b>RENDA NÃO AGRÍCOLA</b>	
<b>CALADINHO</b>	<b>Nº de agricultores (as)</b>
Construção de cisternas	2
Barragens e barreiros (acumulam 35 mil litros de água)	2
Pedreiro	1
Agente de saúde	1
Salário de merendeira	1
Bolsa família	3
COOPERCUC	10
Emprego doméstico	1
Venda de picolé	1

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

#### 4.2.2 A comunidade de Caititus

Os participantes não sabiam o porquê desse nome Caititus, apenas que é de origem indígena. Na comunidade de Caititus, os trabalhos foram realizados na casa da senhora Joana, uma das sócias fundadoras da COOPERCUC. Foi a comunidade que mais apresentou participantes com idade acima de 55 anos. Todos os agricultores que vendem verduras na feira, as segundas-feiras no Centro de Uauá, são moradoras dessa comunidade, na maioria mulheres. Eles vendem alface, coentro, tomate, limão e banana.

Participaram nove agricultores, sendo que havia integrantes da comunidade de Cocobocó (nome de origem indígena, mas não souberam dizer o significado) a exemplo da senhora Judite também uma das fundadoras sócias da COOPERCUC. Esse grupo iniciou mais timidamente, porém durante a entrevista semi- estruturada todos contaram suas histórias de vida e de luta, em especial dona

Terezinha que é moradora da comunidade de Maria Preta. Tem 69 anos, ficou solteira até os 46 anos de idade, hoje casada, aposentada é agricultora, cooperada, trabalha com remédios fitoterápicos e argila e é animadora da comunidade.

Em Caititus, durante lanche servido por dona Joana (na cozinha da casa tem dois fogões, um à lenha e outro à gás), foi observada que a prática de utilizar sacos plásticos para manter o fogo aceso era bastante comum e normal. Como falar desse procedimento sem parecer desagradável? Como abordar? A questão ambiental está intimamente associada a toda forma de manejo realizado pelo agricultor ou agricultora, essa é a visão sistêmica que a Agroecologia se refere, a prática econômica está intimamente relacionada com o meio ambiente e outras dimensões.

Ao questionar o porquê da utilização dos sacos plástico como combustível, dona Joana, falou da diferença no desenvolvimento das palmas plantadas próxima a casa. Mostrou a todos o desenvolvimento da plantação “bichada” no terreno lateral da casa próximo a janela da cozinha e que já tinha feito várias tentativas sem sucesso na solução do problema, como mostra a Figura 08. Diferente da plantação em frente da casa, longe do fogão e da janela da cozinha, as palmas com ótima aparência, sem nenhum tipo de ataque de inseto ou fungo.

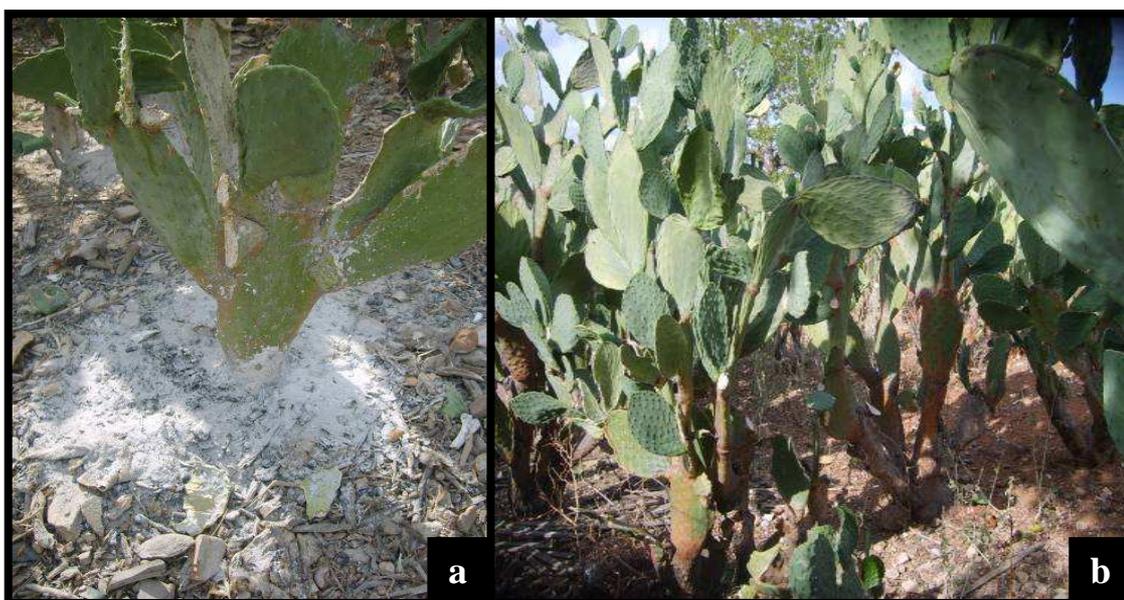


Figura 14: a) Palma ao lado da cozinha; b) Palma na frente da casa de D. Joana. Caititus, BA (2008).

Foto: Carmen de Almeida Alves.

A partir dessa conversa, falamos do saco plástico, seu prejuízo ambiental e como proceder com o acúmulo de sacolas, enterrando ou reciclando. Na região, ainda não havia um projeto para reciclagem: *“será que são os sacos plásticos? Eu costumo jogar as cinzas do fogão aqui nesse lugar...”* (Dona Joana, Caititus, Bahia, 2008).

Essa discussão ampliou, e se estabeleceu um diálogo sobre o uso de agrotóxicos nas hortaliças. O agricultor, L.S.S. 39 anos, produtor de hortaliças, comentou que: *“... a gente só bota um cadinho nas verduras, quando demora de chover...”*. Mesmo utilizando este “cadinho”, o agricultor vende o produto na feira como orgânico. A produção é orgânica na sua grande maioria, mas os agricultores acreditam que apenas um pouco de agrotóxico não comprometia a qualidade das verduras.

Em relação às árvores dos umbuzeiros, todas são nativas e as novas mudas seguem a recomendação de uma certificadora de produtos orgânicos. Não se usa nenhum tipo de agrotóxico. A Cooperativa conta com o apoio de outras instituições e a comunidade vêm replantando mudas de umbuzeiro na caatinga, inclusive para o beneficiamento de outro produto, o picles de umbu (FIGURA 09), também orgânico.



Figura 15: Mudas de umbuzeiro produzidas na Cooperativa para o lançamento de outro produto: picles de umbu.

Foto: Carmen de Almeida Alves.

A comunidade de Caititus teve participação maior de mulheres, inclusive a presença de quatro sócias fundadoras do movimento de fabricação caseira de doces de umbu e formação da associação que veio a ampliar posteriormente, fundando a cooperativa COOPERCUC. As filhas de dona Joana, são respectivamente gerente comercial internacional e diretora comercial da COOPERCUC, que é administrada por um homem e presidida por outro. A renda não agrícola dessa comunidade se caracteriza em trabalhos tidos feminino.

A comunidade de Caititus foi a que mais demonstrou dificuldade em realizar as dinâmicas do Fluxograma e Custos da Produção, contudo foi a mais eficaz na dinâmica do Saco d'água, as mulheres sabiam tudo o que haviam comprado, vendido e tomou emprestado ao banco e onde investiram.

#### 4.2.3 A comunidade de Marruá

Marruá, segundo dona Jovita, significa “Boi Brabo”. A comunidade tem mais de 200 anos e contou com a participação de 14 pessoas, sendo a maioria jovem, entre 18 e 20 anos de idade.

O estudo em Marruá começou no dia 05 de fevereiro de 2008, na minifábrica em frente à casa de dona Jovita Gonçalves da Cruz de 61 anos de idade, casada e mãe de quatro filhos (um é adotivo), sócia fundadora da COOPERCUC e inventora da geléia de maracujá do mato (FIGURA 10) e outros experimentos culinários. Atualmente vem testando a durabilidade do feijão de corda armazenado em duas garrafas tipo pet, o experimento já dura dois anos.



Figura 16: Dona Jovita (inventora da geléia de maracujá do mato) mostrando ao grupo a rede que teceu aos 15 anos de idade. Uauá, BA (2008).

Marruá foi a única comunidade em que o produto escolhido para a construção do Fluxograma foi a mandioca (FIGURA 17). Eles detalharam em minúcias o processo de elaboração da farinha que tem início com dois anos de antecedência contando desde o preparo do terreno até a colheita. Havia uma integrante que trabalhava com mandioca para fazer farinha desde os dois anos de idade ajudando a mãe.

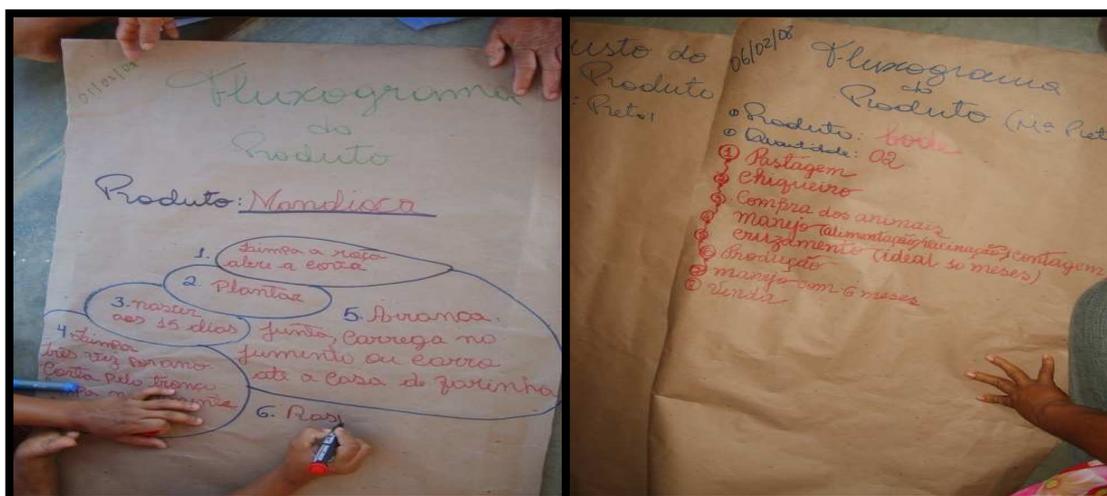


Figura 17: Construção dos Fluxogramas de Atividades - Comunidade Marruá e Maria Preta respectivamente. Uauá, BA. 2008.  
Foto: Carmen de Almeida Alves.

Enquanto a construção do perfil de grupo (FIGURA 18) mostrou que os principais cultivos são para subsistência e para o fornecimento de alimento aos animais. Demonstrando que a principal atividade é a criação de animais e que os agricultores dessa região dependem de outros recursos para sobreviver.



Figura 18. Construção do Perfil de Grupo nas Comunidades de Caladinho e Marruá (respectivamente). Curaçá e Uauá, Bahia (2008).  
Fotos: Carmen de Almeida Alves.

A renda não agrícola está baseada no trabalho com a COOPERCUC e na venda do umbu, conforme Tabela 07.

Tabela 07 - Renda não Agrícola de Marruá. Bahia (2008).

<b>MARRUÁ</b>	<b>Nº de agricultores (as)</b>
Bolsa família (R\$ 76,00 a R\$ 120,00)	8
Aposentadoria	4
Venda de produto de beleza	1
Venda na feira de Uauá	3
Pedreiro	1
Funcionário COOPERCUC	1
<b>COOPERCUC</b>	<b>13</b>
Venda de umbu para COOPERCUC	13
Venda de umbu para atravessador	2

Fonte: Pesquisa de campo. Bahia. 2008.

Todos os trabalhos foram enriquecidos pelas histórias de vidas houve trocas de manejos e experiências das mais diversas ordens. Os participantes puderam perceber o quanto o controle contábil está inserido em suas atividades produtivas e rotineiras. O grupo discutiu bastante, todos estavam à vontade, com espaço para diversos assuntos de cunho ambiental, a exemplo do lixo que sai do banheiro, fraldas descartáveis, absorventes e locais onde estes pudessem se colocados sem causar problemas à comunidade.

#### **4.2.4 A comunidade de Maria Preta**

A comunidade de Maria Preta fica no município de Uauá e não tem luz elétrica em todas as casas, em especial na escola pública onde no dia 06 de fevereiro de 2008 foi realizada a pesquisa na comunidade. A ida a esta comunidade foi uma demonstração positiva do resultado da pesquisa mesmo sem análise dos dados. Ela foi solicitada por uma participante da comunidade de Caititus – dona

Terezinha, para que seus amigos e vizinhos pudessem também participar como ela da reflexão quanto o controle contábil e sua importância na produção: [...] queria que você fizesse esse curso lá na comunidade de Maria Preta. Meus amigos e vizinhos precisam conhecer. Abriu a minha cabeça, vai abrir a deles também [...]. (T.S, 69 anos).

As atividades de pesquisa iniciaram cedo, por causa da inexistência de energia elétrica na escola onde foram realizadas oficinas. O grupo era na maioria formado por adultos, mais experientes, que viviam da sua produção. O roteiro foi seguido igual aos das demais comunidades.

O grupo de Maria Preta discutiu muito durante a dinâmica do Saco d'água, uma participante que estava grávida falou que entendia o porquê de nunca ter dinheiro sobrando em relação ao ganho de salário e o percentual alto em relação ao seu ganho que pagava em cartão de crédito. A oficina para construção do Perfil do Grupo (FIGURA 19), iniciada logo após a do Saco d'água foi realizada com envolvimento por parte dos integrantes, que faziam questão de divulgar as suas culturas.

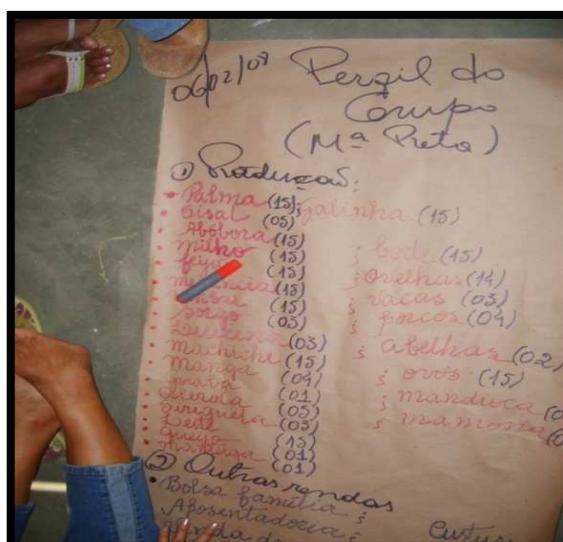


Figura 19: Construção Coletiva do Perfil do Grupo em Maria Preta. Bahia (2008).

Esta ferramenta permitiu observar a diversidade de cultivos, fato esse importante para diminuição dos custos na aquisição de alimentos, e sendo potencialmente um meio de gerar renda, com a produção excedente.

Os participantes listaram mais de 20 espécies que cultivam para o consumo próprio e para a comercialização direta nas feiras livres. Este perfil é reafirmado na tabela 8, demonstrando uma menor participação desses agricultores em atividades não-agrícolas. Em Maria Preta, a permanência do agricultor no campo se dá ao trabalho com atividades agrícolas, em especial a criação de bodes. Esse animal mantém as famílias participantes. Nessa comunidade, as rendas não agrícolas (TABELA 08), não se destacavam como nas demais comunidades, fato que registrado pelos participantes, serem somente agricultores, ou seja, vivem da venda de sua produção.

Tabela 08 - Renda não agrícola da comunidade de Maria Preta. Uauá, BA (2008).

<b>MARIA PRETA</b>	<b>Nº Atividades realizadas por agricultores (as)</b>
Bolsa família	7
Aposentadoria	4
Revenda de Avon	1
Costureira	1
Pedreiro	1
Artesanato	3
Remédio caseiro	1
Assalariada	2
Manicure	1
Venda de buchada de bode	1

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Houve depoimentos interessantes como o de uma produtora que não perdia dinheiro com a criação de bode, a única até então. Ela relatou que desde que tomou o curso com uma organização não governamental, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), sobre manejo do bode, vende o animal antes de completar sete meses.

Durante a elaboração do Fluxograma, algumas senhoras tiveram dificuldade em entender o que estava sendo construído, era uma dificuldade de algumas mulheres e como já tínhamos feito o Perfil do Grupo, ela relatou que fazia crochê para aumentar a renda. Seguindo a linha da teoria adotada pela educação popular, retomei a partir da experiência que ela tinha em fazer crochê, e quais caminhos seguiam para confeccionar uma blusa. Prontamente ela começou a dizer os passos que teria de fazer: ir a Juazeiro no armarinho que ela tem conta, almoçar lá e voltar no final da tarde, dia seguinte pegaria a encomenda e três dias depois daria pronta.

#### 4.3 PLURIATIVIDADE, GÊNERO E SEGURANÇA ALIMENTAR: INFLUÊNCIA NA GESTÃO CONTÁBIL DAS COMUNIDADES DO SEMIÁRIDO BAIANO

A questão de gênero também permeia as relações no meio rural. Nele, as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação, supostamente “natural” entre o masculino e o feminino, ou seja, a aceitação do feminino como subordinado, inferior e fragilizado e, a do masculino, como dominante, superior e viril.

A COOPERCUC na época da pesquisa contava com 64 sócios e mais 139 pessoas atuando na fabricação dos doces. Sendo composto por 97 mulheres e 43 homens, mas nos cargos de controle da gestão geral são ocupados pelos homens. O Presidente, o administrador, coordenador de grupo são homens. A gerente de comercio internacional é mulher, agricultora, geógrafa e pós-graduada em educação ambiental pela Universidade Federal de Pernambuco. Ela e poucas mulheres participam diretamente das decisões administrativas.

A relevância da questão alimentar no Semiárido deve-se ao fato de que não está em jogo apenas a produção e comercialização de alimentos, mas, sobretudo a sobrevivência de uma extensa faixa da população baiana habitante dessa região, que apresenta dificuldades de clima, distribuição de chuvas e ausência de cursos de água permanentes. Além da pouca variedade de alimentos, inclusive de origem animal, restritos aos ovinos e caprinos. A criação de bodes e carneiros é tradição alimentar do sertão, embora não supram todas as necessidades nutricionais da população.

A participação das mulheres foi presença marcante e participativa durante todas as dinâmicas realizadas. Além da produção de alimento e do preparo da comida, as mulheres do Semiárido baiano em geral, particularmente Isabel Souza (verdureira de Caititus), entrevistadas durante a pesquisa, comercializa seus produtos em pontos fixos (barracas) na Feira Livre de Uauá. A logística utilizada para se deslocarem da comunidade rural Fazenda Caititus passando por Caratacá até Uauá, é a seguinte: três viagens em moto e uma em caminhão para o transporte das mercadorias de cinco feirantes. Essa viagem é semanalmente realizada na madrugada de segunda-feira ou na tarde de domingo, retornando ao final da tarde de segunda.

Este transporte e comercialização na feira de Uauá são de extrema relevância na questão alimentar no Semiárido, essas comerciantes com apenas um produtor de verduras, garante o fornecimento de alface e coentro entre outros produtos além de verduras. Observa-se que não está em jogo apenas a produção e comercialização de alimentos, mas, sobretudo a sobrevivência de uma extensa faixa da população baiana habitante dessa região, que apresenta dificuldades de clima, distribuição de chuvas e ausência de cursos de água permanentes.

Os homens da região acreditam que as mulheres só desenvolvem as atividades reconhecidas como leves, informação oposta da realidade das mulheres de Caititus que levam verduras a feira todas as semanas. Saem de casa às quatro da manhã e passando o dia inteiro em barracas com pouca proteção do sol, comendo precariamente enquanto atendem.

A tarefa de vender na feira é considerada como a parte mais fácil, para os maridos dessas produtoras, essa tarefa não é considerada como masculina e sim “como coisa de mulher”. Além disso, as entrevistadas revelaram gostar de ficar na feira, é o espaço para “saber e ver as coisas”. Saber das novidades, rever amigos, ir à feira de roupas que acontece concomitantemente, e por considerarem também fazer um serviço leve.

A escolha das feirantes entrevistadas foi orientada pelo tipo de produto oferecido na feira (verduras), que são produzidas na comunidade da Fazenda de Caititus.

As mulheres que participaram da pesquisa são em sua maioria, casadas, com filhos e produtoras familiares. Trabalham com seus companheiros e filhos na

produção agrícola. São associadas e trabalham durante o período de safra nas mini fábricas no beneficiamento do umbu.

A rotina de trabalho dessas mulheres demonstra o que se perdeu de diversidade tradicional nesse novo modelo da transformação do alimento em comida. Elas afirmaram ser orgânica a produção das suas verduras, mas, ainda assim, dizem colocar um pouco de “química” para dar viço às folhas, demonstrando total desconhecimento a respeito das conseqüências desses aditivos para a saúde, tanto delas quanto dos seus clientes e o meio ambiente onde vivem.

Por achar que esses insumos químicos são inofensivos pela pequena quantidade utilizada, elas desconhecem seus efeitos e acreditam não estar aplicando nada que seja nocivo. Contribuindo com a vinculação cotidiana entre aquilo que colocamos na mesa e os avanços tecnológicos que fascina e ofusca o emprego de substâncias químicas como também a degradação ambiental e social.

Os resultados demonstraram que não há entre as entrevistadas nenhum hábito de controle, a não ser em relação à quantidade de caixas que trazem para a venda. Outro dado é a pouca variedade de alimentos, inclusive de origem animal, restritos aos ovinos e caprinos. A criação de bodes e carneiros é tradição alimentar do sertão, embora não supram todas as necessidades nutricionais da população.

Não sabem dizer ao certo se é rentável as vendas semanais da feira. Para elas, poder comprar alimentos e alguns artigos de necessidade básica, já lhes vale o trabalho. A formação do preço é regida pelo mercado local. Vendem cada unidade (molho) por R\$1,00, demonstrando que não há por parte da maioria dos feirantes um conhecimento do processo do custo da produção até a comercialização.

As mulheres entrevistadas designavam os recursos obtidos nas feiras para a compra de material escolar e pessoal dos filhos, além de pagarem contas referentes à luz, comprar miúdas no mercado, pequenos consertos com a casa e viagens a Juazeiro ou Salvador.

Uma das entrevistadas negocia na feira livre de Uauá os miúdos de bode (vísceras que originam a tradicional comida sertaneja, mininico de carneiro e buchada de bode), que não são utilizados no açougue aonde o marido trabalha como açougueiro. O açougue dispensa semanalmente essas vísceras, e a agricultora trata (higieniza), corta e as costura em trouxinhas do bucho (estômago) do bode e os vende na feira. O pagamento dessa mercadoria é convertido em outros produtos como: feijão, macarrão, açúcar, café, material de limpeza e higiene.

Porém, a agricultora ao ser questionada sobre a sua ocupação profissional, afirma que *“não trabalha, apenas cuida da casa e da pequena roça”*.

Elas se sentem realizadas com o trabalho por ser uma forma de participar da rotina da cidade, como colocou Isabel: *“aqui vejo gente, e converso o dia todo... sei tudo que acontece em Uauá...”*.

Contudo, elas não recebem nenhum pagamento pelos serviços de vendedoras, sugerindo que elas não geram valor econômico como afirma Melo (2002):

[...] O trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado “ajuda”, revelando que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. [...] O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Usando a definição mais ampla de trabalho, ele não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho. [...] O não reconhecimento do trabalho da mulher dificulta sua participação nas atividades remuneradas, que “naturalmente” são endereçadas aos produtores do sexo masculino. Dificilmente a mulher procura por diárias nos serviços agrícolas, exceto em casos de extrema necessidade como abandono ou doença do marido, desamparo da família e do INSS (Previdência Social) para as viúvas e idosas. Quando a mulher trabalha na diária, sua remuneração tem valor inferior ao do homem.

A participação dessas produtoras de verduras na feira livre de Uauá é primordial não só para a sua sobrevivência e de suas respectivas famílias como representa uma contribuição significativa à segurança alimentar do município, já que são as únicas a comercializar esses produtos. Kraychete (2007) ressalta a importância de se observar os impactos gerais de um processo de comercialização, que podem estar além do aspecto econômico restrito:

Saber da viabilidade econômica dessa atividade não deve restringir-se ao aspecto estritamente econômico, e sim constituir-se num dispositivo para abrir uma reflexão sobre as peculiaridades do processo de trabalho e sobre as relações com o seu entorno.

Contabilizar todos os custos é uma idéia utópica e, além disso, os estudos indicam que, mesmo quando aqueles produtores fazem cálculos para registrar os

resultados ou para poder antecipá-los afirmam não haver uma preocupação com todos os custos envolvidos no processo (CORAGGIO, 2007).

A pluriatividade surge no Semiárido, pelas condições adversas que induzem as famílias rurais a diversificar suas atividades, inclusive não agrícolas (COUTO; COUTO FILHO, 1999). O volume de atividades realizadas na tentativa de aumentar a renda familiar não garante o ganho esperado. Mas são estratégias que os sertanejos e sertanejas utilizam para não desertificar o Semiárido ou seja: não abandonar seu sertão.

Além das atividades agrícolas, uma parte das mulheres pesquisadas exerce atividade não agrícola, ou seja, revendem produtos de catálogos, trabalhos artesanais, costuram, comercializam picolés, remédios caseiros. Contudo, ainda se referem ao homem como o provedor do sustento familiar. Mesmo contribuindo efetivamente na renda familiar, elas confirmam o entendimento tradicional, devido ao contrato matrimonial e do antigo código civil, cabe aos homens a função de provedores, e as atividades desempenhadas pelas mulheres são vistas como ajuda (CADENGUE; ALMEIDA; GEHLEN, 2006).

A tabela 09 demonstra que as mulheres exercem uma diversidade de atividades, sendo que todas trabalham nas roças sozinhas ou com os maridos. Mesmo as aposentadas com idade superior a 56 anos, executam os serviços de plantio, cuidado, compra e venda dos animais e manutenção dos roçados.

A atividade extra é uma complementação da renda. As mulheres que vendem na feira, afirmaram não levar para casa o dinheiro em espécie dos negócios do dia. Antes de retornarem as suas comunidades, elas compram mercadorias de primeira necessidade como arroz, macarrão, café, açúcar, margarina e produtos de higiene, entre outros. Ao serem questionadas se sabem qual o rendimento mensal das vendas realizadas nas feiras, nenhuma das entrevistadas soube responder. Afirmaram comprar semanalmente produtos que necessitam sem se preocuparem em mensurar o valor desses recursos financeiro.

A tabela 09 mostra também que as agricultoras são maioria entre os pesquisados, e são mais pluriativas do que os homens. Sendo 83,5 % de atividades realizadas pelas mulheres pluriativas e 14,5% de atividades não agrícolas realizadas pelos homens.

A metodologia participativa permitiu a interação entre os saberes populares sertanejos e o saber científico, através de dinâmicas participativas de caráter lúdico,

onde os integrantes puderam expor seus conhecimentos sem preocupação do rigor formal. Dessa forma o diálogo agroecológico foi construído pelos agricultores e pesquisador.

Ao final dos trabalhos, os produtores demonstram interesse em controlar seus gastos, mas ainda é incipiente um modelo de controle contábil rural familiar adequado à rotina de atividades onde o espaço para atividades tidas como intelectuais por ocuparem tempo e necessitar de acompanhamento diário ou semanal e sistematização de alguns fatos relevantes financeiros.

Tabela 09 - Atividades não agrícolas exercidas pelos entrevistados

Atividades Não Agrícolas	Gênero	
	Masculino	Feminino
Agente de saúde	0	1
Aposentado/a	3	9
Artesanato-crochê	0	5
Construção de cisternas	2	2
Costureira	0	1
Diarista	0	1
Empregado da COOPERCUC	1	0
Emprego de doméstica	0	1
Manicure	0	1
Merendeira	0	2
Pensionista	0	1
Professora municipal	0	3
Revenda de catálogos	0	2
Servente	1	0
Serviço de pedreiro	0	3
Trabalho nas minifábricas COOPERCUC	5	28
Venda de picolé, doces e bolos	0	2
Venda de remédio caseiro	0	2
Venda de umbú a COOPERCUC e atravessador	1	3
Venda na feira de Uauá	1	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>71</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2008). Uauá/Curaçá, BA.

Apesar de serem responsáveis pelas informações que alimentam os dados dos relatórios e a leitura dos resultados a partir dos controles contábeis da instituição cooperativa, os agricultores não transferem esses conhecimentos para a administração das unidades familiares. Deixando algumas questões como: 1. Porque não tratam a unidade com a mesma lógica administrativa que fazem para cooperativa?; 2. Qual a percepção de contribuição econômica que as unidades geram para a região na visão desses agricultores?; e 3. Se essa metodologia tivesse um cunho educacional e fosse construída com eles, haveria avanço na gestão das unidades?

Pensar em uma medida econômica e social que possa atender aos agricultores familiares que contribuem de maneira expressiva na economia da região e local, mas continuam sem saber o potencial de sua energia empreendida no trabalho rural por não controlar e avaliar sua produção com base em dados reais garantindo a sua sustentabilidade.

A evolução da cooperativa e sua organização política econômica não garantem o acesso de desenvolvimento na mesma proporção aos envolvidos no processo produtivo. Os agricultores que trabalham nas mini fábricas, não se utiliza dos recursos de controles na unidade familiar. Essa dicotomia de olhar os resultados por ferramentas diferenciadas gera conflitos no recebimento sobre o trabalho realizado nas unidades da cooperativa. Fato que reforça a percepção que os participantes tiveram durante a construção do levantamento de custos, onde não descreviam a remuneração da mão de obra do agricultor. Por desconsiderar sua importância na economia local e regional, não transferi as tecnologias aprendidas na cooperativa para as unidades familiares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A formulação de um sistema de controle contábil direcionado ao produtor rural necessita de uma investigação de cunho participativo como orienta a Agroecologia para que através desta, os produtores tenham uma percepção mais acurada do sistema em que vivem. Foi também enfatizada a participação de gênero e de geração nas atividades agropecuárias, e dado destaque para os aspectos ambientais.

A metodologia adotada foi determinante para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados de forma ativa e participativa, além de permitir a discussão e construção dentro da perspectiva de gênero e geração. Os agricultores demonstraram, em suas formas de controle, o quanto desconhecem dos gastos que não ficam na memória recente e a importância de fazer o controle contábil dos gastos tanto da produção quanto da família.

Assim, afirma-se a necessidade de repensar a contabilidade clássica buscando alternativas para a gestão contábil, adaptável e aplicável a realidade da agricultura familiar. Partindo de uma perspectiva pedagógica de base reflexiva, objetivando não apenas a transmissão de técnicas ou procedimentos contábeis formais, mas a construção do empoderamento social dos agricultores, tendo como ponto de partida sua realidade e percepção econômica, produtiva e social.

Os resultados obtidos nos 35 dias de atividade no sertão mostraram o interesse dos agricultores em dominar seu empreendimento demonstrado através do ânimo e da participação em todo o processo. Mas deixa também a sensação de impotência, por observar, o quanto é negado aos agricultores familiares do

Semiárido, seja pela falta de políticas públicas, quanto pela própria disponibilidade acadêmica acesso a informação que promova a partir de suas escolhas o desenvolvimento rural.

O sertanejo e a sertaneja não acreditam terem o conhecimento, eles querem e estão dispostos a contribuir no desenvolvimento rural, sem deixar as suas raízes. Assim como o umbuzeiro que proporciona sombra e frutos sem perder a sua tranqüilidade no meio da caatinga, os participantes também querem permanecer em suas propriedades, mas perceberam o quanto precisam trocar informações e rever seus conceitos.

Finalizando as oficinas, os participantes puderam visualizar a influência que o controle dos seus gastos tanto para as atividades produtivas quanto os gastos domésticos, exigem do agricultor familiar uma nova postura diante ao mercado. E como disse o Sr. Estevão, que tem o maior patrimônio entre os participantes, ficou pensativo, e chegou a dizer que *“é preciso se fazer alguma coisa em relação à falta de um método de controle para os agricultores”*.

A fala dos atores, no entanto, ao relacionar suas dificuldades que vão desde os aspectos de infra-estrutura até impactos negativos na formação da renda familiar, revelam um anseio permanente em melhorar essas condições básicas para continuarem atuando na agricultura familiar e através dessa atividade promover a segurança alimentar no sertão.

A dificuldade em controlar os custos e comercializar seus produtos de forma a manter uma renda familiar compatível independe do talento pessoal do produtor.

A situação observada em Uauá, em comunidades rurais de economia familiar, resulta de problemas estruturais da região, da estrutura fundiária arcaica e do modelo educacional onde o respeito à autonomia, à dignidade e a identidade do produtor deve ser levado em consideração para estes atores sejam os protagonistas da sua história.

Esses resultados podem contribuir no diagnóstico de demandas de pesquisa que contribuam para a permanência das famílias no Semiárido e ao mesmo tempo, lhes proporcionem um conhecimento e empoderamento das suas ações e geração de demandas nas políticas públicas.

## 6 CONCLUSÃO

---

As metodologias foram consideradas positivas considerando que o objetivo geral foi atingido. Os agricultores que participaram das oficinas saíram conscientes do quanto é necessário um acompanhamento por parte deles nos gastos e entradas tanto no que se refere às atividades agrícolas e pecuárias quanto aos gastos da casa.

Ficou uma grande sensação de falta de algo após a pesquisa, como se fosse necessário uma segunda parte, a criação, em conjunto com os agricultores, de um modelo ou método contábil que atenda as necessidades locais, numa linguagem e facilidade tanto de ordem prática quanto de funcionalidade contábil, pois o sertanejo tem uma pluriatividade, e ainda enfrenta dificuldades de diversas ordens como questões fundiárias, baixo acesso educacional, infra-estrutura praticamente inexistente além das localidades serem geograficamente de difícil acesso.

Todos os participantes demonstraram o contrário do que é dito e divulgado a respeito do interesse do agricultor familiar em relação ao controle econômico de suas atividades. Eles têm vontade de consumir mais, de ter mais dignidade de vida, acesso a informações, saúde com mais qualidade. Percebem as mudanças, mais não possuem condições de acessá-las e nem transferir aos seus descendentes.

As barreiras que negam, sejam geográficas, políticas, ambientais e sociais, promovem condições nada cidadãs, de acessar as informações que podem proporcionar a estes uma melhor qualidade de vida e um cuidado maior ao meio ambiente que vive.

Assim, afirma-se a necessidade de repensar a contabilidade clássica

buscando alternativas para a gestão contábil rural, adaptável e aplicável a realidade da agricultura familiar. Partindo de uma perspectiva pedagógica de base reflexiva, objetivando não apenas a transmissão de técnicas ou procedimentos contábeis formais, mas a construção do desenvolvimento social dos agricultores, tendo como ponto de partida sua realidade e percepção econômica, produtiva, ambiental e social.

---

## REFERÊNCIAS

---

ABREU, Lucimar Santiago de. **A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira.** Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

AFONSO, Maria Lúcia M.(Org). **Oficinas em dinâmicas de grupo:** um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para Projetos de Extensão:** Apresentação e Discussão. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

BARQUERO, Antonio Valzquez. **Desarrollo local:** una estrategia de creación de empleo. Ramón de la Cruz, Madrid: Ediciones Pirámide, 1988.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Tradução: Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação rural.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, 101).

\_\_\_\_\_. **O que é participação.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 95).

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
<<http://www.transportes.gov.br/bit/mapas/mapclick/ufs/ba.jpg>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/programas/editais/editais-2008/delimitacao\\_do\\_semi-arido\\_brasileiro.pdf](http://www.mds.gov.br/programas/editais/editais-2008/delimitacao_do_semi-arido_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:  
<[http://www.mds.gov.br/programas/editais/editais-2008/delimitacao\\_do\\_semi-arido\\_brasileiro.pdf](http://www.mds.gov.br/programas/editais/editais-2008/delimitacao_do_semi-arido_brasileiro.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2009.

CADENGUE, Hersilia; ALMEIDA, Mariomar; GEHLEN, Vitória. Participação Feminina, Gestão de Recursos Naturais e Agricultura Familiar: estudo de caso no semi-árido nordestino. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito, Equador. **Anais eletrônicos...** Quito, Equador, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.baseportal.com/cgi-bin/baseportal.pl>. Acesso em: maio 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Extensão rural e Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. Brasília, DF: [s.n.], 2009.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTO, Vitor de Athayde; COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Novos mundos rurais e ocupação familiar. In: CONGRESSO DA SOBER, 37 e FIRST SOBER/IAAE JOINT SYMPOSIUM, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999. CD-ROM SOBER.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos. 2.ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.

ESTEVE, Gustavo. Desenvolvimento. In: Dicionário do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** 7.ed. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio: Jacques Chonchol. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (O Mundo, Hoje, v. 24).

FONSECA, Antonio Angelo M. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho do município após a descentralização. Feira de Santana: Universidade Estadual de Fera de Santana, 2005.

FURTADO, Ribamar. **A Intervenção participativa dos atores – INPA**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável / Ribamar Furtado, Eliane Furtado. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura (IICA), 2000.

GAJARDO, Marcela. Educação popular e conscientização no meio rural latino-americano. In: BORDENAVE, Juan Díaz et al (org.). **Educação rural no terceiro mundo**: experiências e novas alternativas. Tradução: Paulo Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. Prochamate-IICA, San Salvador, El Salvador. 1997.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, José Carlos. As muitas dimensões da pesquisa em Agroecologia. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 3, n. 4, Pesquisa em Agroecologia: diálogo de saberes no desenvolvimento local.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo et al. **Administração da empresa agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1976.

HARALD, Schistek; ARAÚJO, Lucineide Martins. **A convivência com o semi-árido**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria de; CINTRÃO, Rosangela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006. ISSN 1806. 6755. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera/revista/08/Heredia/PDF>>. Acesso em: 25 maio 2008.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **A cartilha agroecológica**. Botucatu: Criação, 2005.

IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 24 set. 2009.

KÉRISIT, Michéle; DESLAURIERS, Jean-Pierre. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

KRAYCHET, Gabriel; AGUIAR, Kátia (orgs.). Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

\_\_\_\_\_ (orgs.). Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: CORAGGIO, José Luis. **Sustentabilidade e luta contra-hegemonia no campo da economia solidária**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

LIMA, Arlindo Jesus Prestes de et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. 2.ed. Ijuí: UNIJUI, 2001.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília, DF: Confea, 2007. (Pensar Brasil).

MEDEIROS, Jesiomar Antonio de. **Agrobusiness**: contabilidade e controladoria. Guaíba: Agropecuária, 1999.

MELO, Lígia Albuquerque. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 4 a 8 nov. 2002, Ouro Preto. **Anais...** Fundação Joaquim Nabuco, Ouro Preto, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NORMA, Garcia. Uma nueva ruralidad em América Latina? In: BAUDEL, Wanderley Maria de Nazaré. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Disponível em: <<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar>>. Acesso em: 18 maio 2009.

RIBEIRO, Manoel do Bomfim Dias. **A potencialidade do semi-árido brasileiro**: o Rio São Francisco - transposição e revitalização - uma análise. Brasília, DF: Qualidade, 2007.

SABOURIN, E.; CARON, P.; TONNEAU, J. P. **Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_56.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_56.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2008.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes et al. **Caderno de orientações metodológicas para Formadores**: metodologia análise-diagnóstico de sistemas de atividades, sob o enfoque de gênero e gerações - Manual Técnico. Salvador: REDOR, 2007.

SILIPRANDI, Emma. Segurança alimentar e nutricional sustentável. In: **Mulheres, segurança alimentar e Agroecologia**: notas para discussão. Berkeley: Universidade de Berkeley; REDCAPA. Ago. 2004. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/899510>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHISTEK, Harald et al. **A convivência com o semi-árido**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THIOLLÉNT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa).

YOZO, Ronaldo Yudi K. **100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas**. São Paulo: Àgora, 1996.

## APÊNDICES

---

## APÊNDICES A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1 . Sabe o quanto é a renda familiar?
2. Como faz o controle dos gastos e porque faz?
3. Quais os custos de produção?
4. Qual o valor mínimo do preço do bode e dos demais produtos produzidos pela família?
5. Quanto ganha com a venda do umbu a COOPERCUC e ao atravessador?
5. Há aposentado na família? Quanto recebe?
6. Recebe auxílio de políticas públicas? Quais? Que valor?
7. O que melhorou depois da COOPERCUC na vida de vocês?
8. Número de filhos, idade e série escolar, idade do entrevistado, estado civil.
9. Tem vontade de mudar da região?
10. Participam de associação? O que fazem nela?
11. É cooperada da COOPERCUC, por que?

12. Como se divertem?

13. Que dia é a feira, e quem vai?

14. O que produzem, qual quantidade e que renda gera pra família?

15. Quem ajuda na casa?

16. O que faz?

17. Tem banheiro em casa?

18. A casa tem água encanada? Rede de esgoto? Luz elétrica?

19. Como convivem com a falta d'água?

20. O que melhorou na região depois da COOPERCUC?

21. O que os jovens pensam em fazer depois de concluir o segundo grau?

## APENDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM FEIRANTES EM UAUÁ -2008

1. Nome, idade, estado civil, número e idade dos filhos
2. Nome, idade do companheiro, o que faz
3. O que vende
4. Quem produz
5. Como produz
6. Qual tamanho da unidade familiar?
7. Como faz para transportar da roça até a feira
8. Qual o ganha com essa venda?
9. Recebe auxílio de políticas públicas? Quanto?
10. Acha necessário ter o controle dos gastos?
11. Por que não faz, ou como faz?
12. É cooperada da COOPERCUC? Trabalha na minifábrica? Qual?
13. É associada?
14. Quanto tempo?
15. O que produz? O que cria?
16. Como se diverte?
17. Como se cuida?
18. O que faz com o dinheiro que ganha na feira?
19. Quem cuida do lixo da feira?
20. Como e onde come, e onde faz as necessidades durante o dia da feira?
21. Quem cuida da casa na sua ausência?
22. O que mais quiser falar.

## APENDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM LIDERANÇAS LOCAIS EM UAUÁ - 2008

1. Nome, idade, estado civil, número de filhos
2. Quais auxílios recebem? Outras rendas
3. O que produz? Quem trabalha?
4. É cooperado? Porquê? Quanto tempo?
5. O que é a COOPERCUC para a região? E para você e sua família?
6. Qual estratégia a cooperativa vem adotando para melhorar e ampliar a produção e comercialização?
7. Quais instituições apoiaram no começo e quais estão apoiando
8. Como foi o desenvolvimento nos primeiros anos
9. Que programas estão sendo criados e quais benefícios para a região
10. O que precisa melhorar?

APENDICE D - FOTOS DE DIVERSOS MOMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO



Estradas



Cercas típicas

Fotos: Carmen A. Alves



Amanhecer em Caladinho



Jussara Dantas e senhor Jerônimo

Fotos: Carmen A. Alves.



Pôster do artista Gildemar Senna



Carne de bode secando

Fotos: Carmen de Almeida Alves

## Busca de Umbu nas comunidades



Fotos: Carmen de Almeida Alves

I Festa do Umbu – Jan/2008



Palestra realizada na abertura da festa: "Economia Solidária: outra economia acontece"

Fotos: Carmen A. Alves



Menino e umbu

Fotos: Irene Cameldi



Doce de umbu de corte



Mini Fábrica de Serra da Besta



Igreja Matriz de Uauá



Cozinha em Serra da Besta

Fotos: Carmen de Almeida Alves

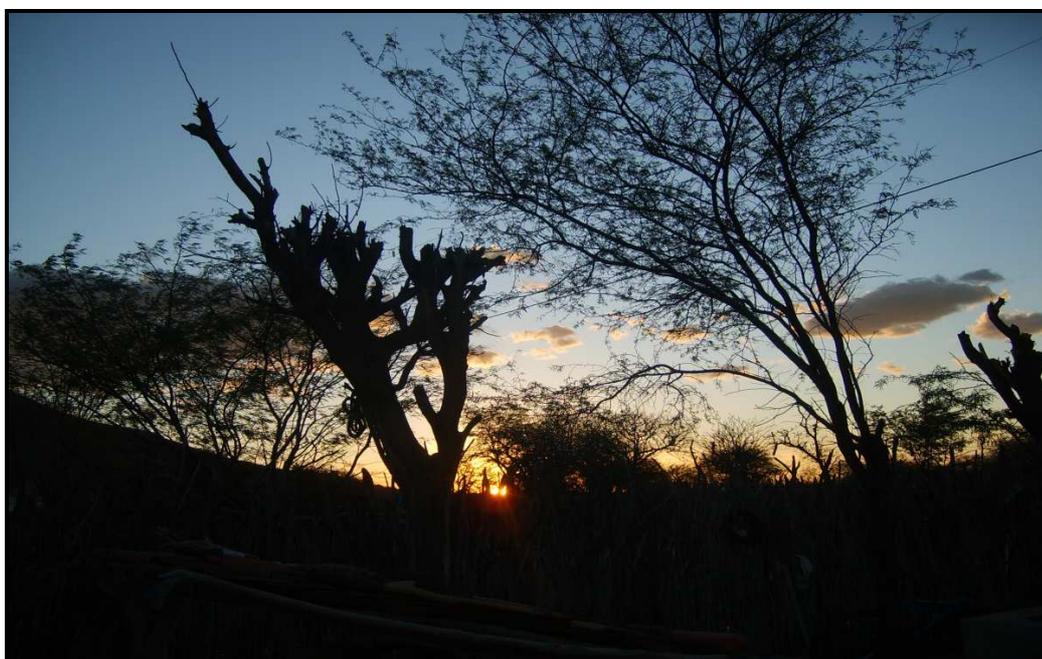
## Paisagens do Sertão



Bodes



Caatinga



Anoitecer no sertão

Fotos: Carmen de Almeida Alves